

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2024 e 2023



Índice	Pág.
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	4
Balanços patrimoniais - Ativo	13
Balanços patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	14
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	15
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	17
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	18
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	20
Nota 1 - Contexto operacional	21
Nota 2 - Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.	22
Nota 3 - Base de elaboração e apresentação	23
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	24
Nota 5 - Contas a receber de clientes	24
Nota 6 - Estoques	25
Nota 7 - Ativos biológicos	25
Nota 8 - Impostos a recuperar	26
Nota 9 - Transações com partes relacionadas	27
Nota 10 - Ativos disponíveis para venda	28
Nota 11 - Títulos a receber	29
Nota 12 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures"	29
Nota 13 - Imobilizado	31
Nota 14 - Arrendamento Mercantil	34
Nota 15 - Intangível	35
Nota 16 - Ágio	37
Nota 17 - Fornecedores	38
Nota 18 - Empréstimos e financiamentos	38
Nota 19 - Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	40
Nota 20 - Dividendos e juros sobre capital próprio	40
Nota 21 - Compromissos com terceiros para investimentos	41
Nota 22 - Imposto de renda e contribuição social	41
Nota 23 - Provisão para riscos processuais	43
Nota 24 - Obrigações para desmobilização de ativos	46
Nota 25 - Patrimônio Líquido	47
Nota 26 - Receita líquida	47
Nota 27 - Resultado financeiro líquido	47
Nota 28 - Resultado por ação	48
Nota 29 - Segmentos operacionais	48
Nota 30 - Despesas por natureza	49
Nota 31 - Outras receitas (despesas)	49
Nota 32 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	49
Nota 33 - Aprovação das demonstrações contábeis	62



Investimentos

J&F Investimentos S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2024 e 2023



J & F Investimentos S.A.

**Demonstrações contábeis referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2024
e 2023 e relatório dos auditores
independentes**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
J & F Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J&F Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J&F Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Os principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Avaliação de recuperabilidade de ativos, incluindo Ágio com expectativa de rentabilidade futura (“impairment”) – Notas explicativas n.ºs. 4,11,13,15,23

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia e suas controladas possui saldos ativos em 31 de dezembro de 2024, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Assim conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia realiza teste de impairment, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseando-se no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas, tais como taxa de desconto projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Devido ao grau de julgamento significativo envolvido para determinar tais projeções e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Avaliação dos indicadores e evidências internas e externas que pudessem indicar a desvalorização dos ativos;
- Utilização de nossos profissionais especialistas internos para auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus especialistas independentes externos contratados para a elaboração dos relatórios e respectivas análises;
- Avaliação da consistência das premissas utilizadas pela administração e seus especialistas, verificando se haveria a necessidade de revisão das premissas;
- Análise sobre a totalidade das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos como razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

tomadas em conjunto.

2. Avaliação dos tributos federal (Imposto de Renda e Contribuição Social)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia e suas investidas possuem negócios em diversos países, estando sujeitas ao imposto de renda em cada localidade no exterior onde mantém operações. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou em suas demonstrações de resultado consolidado, nota explicativa nº 22 o montante de R\$ 5.175.323 bilhões de imposto de renda e contribuição social. O resultado de imposto de renda é uma estimativa baseada no entendimento da Companhia nas legislações tributárias aplicáveis aos negócios da Companhia.

Devido à complexidade na avaliação da aplicação das legislações tributárias atuais em diversas jurisdições no exterior, onde a Companhia mantém operações, incluindo as alterações nas respectivas legislações tributárias sobre imposto de renda. Consideramos esse tema como um assunto significativo para a auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos o delineamento de determinados controles internos ligados ao processo de imposto de renda da Companhia, incluindo controles sobre a identificação de alterações nas legislações tributárias nas localidades em que a Companhia possui operações.
- Avaliação com envolvimento dos nossos especialistas em imposto de renda, de certas transações que poderiam impactar o cálculo do imposto de renda, incluindo a análise da documentação subjacente e a avaliação do impacto nos cálculos do imposto de renda da Companhia.
- Avaliação se as divulgações das demonstrações contábeis consolidadas consideram todas as informações relevantes sobre o imposto de renda.
- Revisão dos papéis de trabalho e, sobretudo uma ampla comunicação com os auditores componentes das controladas significativas com o objetivo de discutir a avaliação da apuração do imposto de renda da Companhia nos locais onde possui operações.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo do imposto de renda, bem como as divulgações relacionadas efetuadas pela Companhia, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ênfase

Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência (controladora e controladas)

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 23, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em junho de 2017, a (“J&F”), celebrou Acordo de Leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”), sendo homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

O Acordo firmado em junho de 2017 previa o pagamento a título de ressarcimento mínimo o valor de R\$ 8 bilhões, bem como a realização e execução de projetos sociais no valor de R\$ 2,3 bilhões, no prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Em outubro de 2020, a Companhia celebrou acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (“Acordo DOJ”) que abrange alguns fatos e condutas que foram objeto do acordo de leniência e colaboração acima mencionados. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas.

Em abril de 2020, com base em estudos conduzidos com consultoria independente, foi apurado ilegalidades na aplicação da metodologia do cálculo do ressarcimento e descumprimento das premissas previstas na Lei 12.846/2013 “Lei anticorrupção”, e em setembro de 2021 a Companhia ingressou com pedido administrativo e judicial da revisão para adequação legal dos critérios aplicados na composição da obrigação pecuniária do Acordo de Leniência. Diante deste pedido a Companhia foi autorizada a apresentar seguro garantia referente a parcela de 2021 e 2022 até a conclusão do processo judicial.

Em 19 de julho de 2023, através do que foi determinado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, o Acordo de Leniência foi aditado o valor corrigido para R\$ 3,5 bilhões, com pagamento em 8 (oito) parcelas anuais a partir da data de assinatura do aditivo.

Em setembro de 2024, o juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em sede de tutela de evidência, proferiu decisão mantendo o valor da multa do Acordo de Leniência conforme estabelecido no laudo proferido pelo MPF, de R\$ 3,5 bilhões. Em decorrência do referido evento, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, reavaliou a classificação de risco relacionada à possibilidade de uma decisão judicial divergente daquela proferida pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal. Após essa análise, concluiu-se que a probabilidade de um desfecho desfavorável passou a ser considerada remota.

Em conformidade com os critérios estabelecidos o Pronunciamento Técnico CPC-25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia procedeu ao desreconhecimento do passivo contingente no montante de R\$ 9,7 bilhões, valor correspondente à diferença entre o aditamento corrigido monetariamente do Acordo e os termos originalmente pactuados.

A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas nos Acordos acima mencionados.

Outros Assuntos

Aplicamos os conceitos previstos em conformidade com a NBC TA / ISA 600 (R1) – Considerações Especiais – Auditoria das demonstrações contábeis de grupo, entre outros procedimentos executados, revisamos os papéis de trabalho dos componentes e discutimos os procedimentos de auditoria executados e os resultados alcançados, de forma a concluir se os mesmos haviam sido adequadamente planejados e executados para endereçar os riscos de distorção relevante e/ou se necessitavam de procedimentos / teste de auditoria adicionais para obtenção da segurança necessária.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC-09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar sobre a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e

desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Presidente Prudente, 31 de março de 2025.

APPROACH
AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:06017215
000100

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Assinado digitalmente por
APPROACH AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:06017215000100
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=SP, L=Presidente Prudente, OU=Presencial, OU=15055927000104, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=APPROACH AUDITORES INDEPENDENTES S
S:06017215000100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.31 17:43:50-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

LEANDRO
ANTONIO
MARINI
PIRES:164
61734813

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

Assinado digitalmente por
LEANDRO ANTONIO MARINI
PIRES:16461734813
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=15055927000104, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(em branco), CN=LEANDRO ANTONIO MARINI
PIRES:16461734813
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.31 17:44:23-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.3.0

* * *

J&F Investimentos S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	742.797	1.970	40.308.645	25.137.341
Contas a receber de clientes	5	-	-	25.604.440	17.059.451
Dividendos a receber	20	714.605	21.720	-	-
Estoques	6	-	-	33.448.117	25.538.682
Ativos biológicos	7	-	-	9.958.599	8.289.048
Impostos a recuperar	8	13.370	52.035	4.391.045	4.832.877
Créditos com empresas ligadas	9	17.241	95.648	2.673	3.328
Derivativos a receber		-	-	619.084	499.141
Outros ativos circulantes		88.971	62.217	3.434.401	2.480.026
TOTAL DO CIRCULANTE		1.576.984	233.590	117.767.004	83.839.894
NÃO CIRCULANTE					
Ativos disponíveis para venda	10	-	5.355.669	-	16.260.006
Créditos com empresas ligadas	9	-	2.392.738	3.658.739	3.480.170
Ativos biológicos	7	-	-	8.269.639	2.573.041
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	4.999.281	4.086.478
Impostos a recuperar	8	28.410	28.410	8.948.424	8.585.331
Derivativos a receber		-	-	-	396.698
Títulos a receber	11	495.696	211.363	495.696	211.363
Propriedades para investimentos		5.809	5.809	5.809	5.809
Investimentos em controladas, joint ventures e outros	12	30.145.345	23.438.476	330.847	300.716
Imobilizado	13	400.335	406.879	82.866.188	66.075.947
Direito de uso de arrendamento mercantil	14	643	-	11.785.008	8.723.924
Intangível	15	975	792	14.272.683	10.300.619
Ágio	16	157.404	182.326	34.627.354	30.564.782
Outros ativos não circulantes		205.030	7.294.305	2.865.418	9.082.529
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		31.439.647	39.316.767	173.125.086	160.647.413
TOTAL DO ATIVO		33.016.631	39.550.357	290.892.090	244.487.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	90.987	23.525	39.733.516	31.057.825
Empréstimos e financiamentos	18	2.830.622	2.936.400	21.227.188	10.581.749
Débitos com empresas ligadas	9	63.726	115.003	37	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	19	38.854	83.336	11.827.678	7.769.685
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	14	291	-	2.349.766	1.911.706
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	20	-	-	1.299.523	11.542
Compromissos com terceiros para investimentos	21	-	-	243.753	68.784
Derivativos a pagar		-	-	1.111.017	757.169
Outros passivos circulantes		65.827	56.737	6.069.830	3.736.546
TOTAL DO CIRCULANTE		3.090.307	3.215.001	83.862.308	55.895.006
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	4.574.309	4.460.597	116.901.881	99.245.391
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	-	5.820.043
Acordo de Leniência	2	2.388.203	2.278.139	2.388.203	2.278.139
Débitos com empresas ligadas	9	1.882.676	456.748	14.311	5.194
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	20	-	963.382	-	963.382
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	19	10.918	-	4.824.228	2.989.160
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	14	399	-	10.367.573	7.521.036
Compromissos com terceiros para investimentos	21	-	-	50.176	253.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	217.512	223.071	7.986.658	6.978.753
Provisão para riscos processuais	23	-	9.466.995	3.244.050	12.069.552
Obrigações para desmobilização de ativos	24	-	-	114.697	71.718
Derivativos a pagar		-	-	49.396	83.201
Outros passivos não circulantes		539.755	265.470	6.510.893	1.020.462
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.613.772	18.114.402	152.452.066	139.299.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	8.627.982	8.627.982	8.627.982	8.627.982
Transações de capital		(3.099.577)	(3.193.223)	(3.099.577)	(3.193.223)
Reserva de reavaliação		15.515	16.605	15.515	16.605
Reserva de lucros		13.796.667	11.280.589	13.796.667	11.280.589
Outros resultados abrangentes		971.965	1.489.001	971.965	1.489.001
Atribuído à participação dos acionistas controladores		20.312.552	18.220.954	20.312.552	18.220.954
Participação dos acionistas não controladores		-	-	34.265.164	31.072.173
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.312.552	18.220.954	54.577.716	49.293.127
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.016.631	39.550.357	290.892.090	244.487.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	26	-	4.378	429.205.691	369.301.247
Custo dos produtos vendidos	30	-	(551)	(361.956.092)	(328.718.030)
LUCRO BRUTO		-	3.827	67.249.599	40.583.217
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	30	(662.655)	(462.803)	(14.364.061)	(12.492.441)
Com vendas	30	(23.305)	(18.352)	(27.331.228)	(23.472.391)
Outras receitas (despesas)	31	6.649.420	329.690	6.154.709	490.741
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		5.963.460	(151.465)	(35.540.580)	(35.474.091)
RESULTADO OPERACIONAL		5.963.460	(147.638)	31.709.019	5.109.126
Receita financeira	27	3.562.611	909.611	8.090.662	4.235.082
Despesa financeira	27	(2.712.451)	(2.089.296)	(19.438.381)	(12.471.814)
		850.160	(1.179.685)	(11.347.719)	(8.236.732)
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.990.235	(965.181)	(3.987)	95.459
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.803.855	(2.292.504)	20.357.313	(3.032.147)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(5.175.323)	(435.102)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	22.049	1.080	1.206.159	981.728
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		9.825.904	(2.291.424)	16.388.149	(2.485.521)
Lucro líquido de operações descontinuadas		-	1.187.418	-	2.350.137
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		9.825.904	(1.104.006)	16.388.149	(135.384)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				9.825.904	(1.104.006)
Participação dos acionistas não controladores				6.562.245	968.622
				16.388.149	(135.384)
Lucro (Prejuízo) por ações R\$ - Básico e diluído	28	80,31	(9,02)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo)	DMPL	9.825.904	(1.104.006)	16.388.149	(135.384)
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	DMPL	(52.333)	38.151	(52.333)	38.151
Ajuste acumulado de conversão em controladas e variação cambial em controladas	DMPL	(464.703)	4.930	(464.703)	4.930
Outros resultados abrangentes		(517.036)	43.081	(517.036)	43.081
Total do resultado abrangente do exercício		9.308.868	(1.060.925)	15.871.113	(92.303)
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Companhia		9.308.868	(1.060.925)	9.308.868	(1.060.925)
Não controladores		-	-	6.562.245	968.622
		9.308.868	(1.060.925)	15.871.113	(92.303)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

				Reservas de lucros		Outros resultados Abrangentes		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária para investimento	AAP ¹	AAC ²				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8.627.982	(3.197.500)	17.955	789.118	11.594.125	69.273	1.376.647	-	19.277.600	31.310.945	50.588.545
Lucro líquido (prejuízo)	-	-	-	-	-	-	-	(1.104.006)	(1.104.006)	968.622	(135.384)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	38.151	4.930	-	43.081	-	43.081
Total de resultados abrangentes	-	-	-	-	-	38.151	4.930	(1.104.006)	(1.060.925)	968.622	(92.303)
Transações de capital	-	4.277	-	-	-	-	-	-	4.277	-	4.277
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.351)	-	-	-	-	1.351	-	-	-
Reserva estatutária para investimento	-	-	-	-	(1.102.655)	-	-	1.102.655	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.394)	(1.207.394)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	8.627.982	(3.193.223)	16.605	789.118	10.491.471	107.424	1.381.577	-	18.220.954	31.072.173	49.293.127
Lucro líquido (prejuízo)	-	-	-	-	-	-	-	9.825.904	9.825.904	6.562.245	16.388.149
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	(52.333)	(464.703)	-	(517.036)	-	(517.036)
Total de resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(52.333)	(464.703)	9.825.904	9.308.868	6.562.245	15.871.113
Transações de capital	-	93.646	-	-	-	-	-	-	93.646	-	93.646
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.089)	-	-	-	-	1.089	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	491.295	-	-	-	(491.295)	-	-	-
Reserva estatutária para investimento	-	-	-	-	9.335.698	-	-	(9.335.698)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(7.259.401)	-	-	-	(7.259.401)	-	(7.259.401)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.369.254)	(3.369.254)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(51.513)	-	-	-	(51.513)	-	(51.513)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	8.627.982	(3.099.577)	15.515	1.280.413	12.516.254	55.091	916.874	-	20.312.552	34.265.164	54.577.716

¹ Ajustes de avaliação patrimonial. ² Ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	4.860	434.513.267	373.704.041
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(121.641)	329.690	134.263	847.745
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(57.095)	(53.174)
	(121.641)	334.550	434.590.435	374.498.612
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(551)	(258.831.581)	(237.543.099)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(457.289)	(388.471)	(76.545.482)	(69.065.858)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	23.065	(45.407)
Outras	5.355	-	5.381	25.084
	(451.934)	(389.022)	(335.348.617)	(306.629.280)
Valor adicionado bruto	(573.575)	(54.472)	99.241.818	67.869.332
Depreciação e Amortização	(8.937)	(12.091)	(12.998.395)	(10.920.671)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(582.512)	(66.563)	86.243.423	56.948.661
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.990.235	(965.181)	(5.924)	95.352
Receitas financeiras	385.251	559.708	5.073.038	3.875.745
Resultado de operações descontinuadas	-	1.187.418	-	2.350.137
Outras	-	-	(249.914)	(36.658)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.792.974	715.382	91.060.623	63.233.237
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	75.913	73.699	45.090.726	37.545.501
Benefícios	5.716	4.716	9.306.783	7.746.700
FGTS	2.518	2.400	461.768	551.209
	84.147	80.815	54.859.277	45.843.410
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(6.326.725)	446.108	(1.455.509)	1.195.874
Estaduais	783	3.440	3.645.150	2.606.399
Municipais	85	27	47.342	27.267
	(6.325.857)	449.575	2.236.983	3.829.540
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	(791.619)	1.288.355	15.615.545	11.198.178
Aluguéis	399	642	1.162.962	820.518
Outras	-	-	799.812	1.677.019
	(791.220)	1.288.997	17.578.319	13.695.715
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	9.825.904	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	-	(1.104.005)	9.825.479	(1.104.185)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	6.560.565	968.757
	9.825.904	(1.104.005)	16.386.044	(135.428)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	2.792.974	715.382	91.060.623	63.233.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas		9.825.904	(2.291.424)	16.388.149	(2.485.521)
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	7, 13 e 15	8.937	12.091	12.998.395	10.920.671
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		-	-	57.095	53.174
Provisões		(5.355)	-	603.094	523.373
Resultado de equivalência patrimonial	12	(2.990.235)	965.181	3.987	(95.459)
Atualização de valor justo de ativo		-	-	(939.973)	611.351
Resultado na venda de imobilizado		-	-	(101.618)	(57.598)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	5.175.323	435.102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(22.049)	(1.080)	(1.206.159)	(981.728)
Resultado financeiro líquido	27	(850.160)	1.179.685	11.347.719	8.236.732
Redução ao valor recuperável de ativo		177.538	-	177.538	-
Realização de valia do imobilizado		-	-	(6.626)	25.758
Plano de opções de ações		-	-	85.601	34.418
Acordos DOJ e Antitruste		-	-	1.430.803	510.230
Impactos tributários extemporâneos		-	-	342.697	-
Litígio extemporâneo		-	-	356.500	-
Ganho por compra vantajosa		-	-	-	(25.073)
Variação cambial sobre conversões		-	-	-	(22.692)
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência		-	(3.133)	-	(3.133)
Reversão de provisão do acordo de leniência		(6.765.844)	-	(6.765.844)	-
Outros		-	-	(7.706)	225.049
		(621.264)	(138.680)	39.938.975	17.904.654
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber		-	-	(2.508.039)	3.808.418
Estoques		-	-	(2.417.279)	2.156.914
Impostos a recuperar		64.140	29.541	352.498	334.070
Ativos biológicos		-	-	(3.328.531)	(2.645.955)
Títulos a receber		(282.193)	25.067	(282.193)	25.067
Outros ativos circulantes e não circulantes		(63.296)	(89.093)	(588.676)	(344.266)
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores e fornecedores risco sacado		65.793	(573)	2.371.859	(3.907.365)
Parcelamentos fiscais, trabalhistas e sociais		-	-	(360.489)	(240.688)
Pagamento de acordos de Leniência, DOJ e Antitruste		-	(608.183)	(979.724)	(1.051.037)
Outros passivos circulantes e não circulantes		124.517	134.504	2.007.525	1.460.107
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.125.413)	(58.786)
		(91.039)	(508.737)	(7.858.462)	(463.521)
Variações em ativos e passivos operacionais					
Juros pagos		(976.339)	(785.825)	(9.892.441)	(7.630.864)
Juros recebidos		16.810	36.830	1.211.651	1.118.428
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.671.832)	(1.396.412)	23.399.723	10.928.697
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		-	-	-	2.830.959
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado		(1.200)	(59.369)	(11.543.661)	(8.583.141)
Alienação de ativo imobilizado		137	422.025	259.929	781.728
Adições de ativo intangível		(389)	(595)	(58.310)	(45.314)
Baixa de intangível		-	-	29.786	20.513
Adições / Baixas em Investimentos		(977.807)	152.935	(70.319)	141.192
Recebimento de dividendos		1.348.855	935.718	59.827	65.127
Amortização de cotas		863	4.632	-	-
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição		-	-	(327.268)	(17.155)
Transações com partes relacionadas		4.116.465	371.814	(35.695)	(297.650)
Caixa líquido transferido de ativos mantidos para venda		-	-	1.407.283	-
Desconsolidação de controladas		-	-	-	1.004
Aumento de capital em controladas		-	-	-	4.900
Outros		-	-	34	673.685
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		4.486.924	1.827.160	(10.278.394)	(7.255.111)
Caixa líquido aplicado nas atividades de operações descontinuadas		-	-	-	(854.959)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Empréstimos e financiamentos captados	1.632.332	1.685.500	24.748.918	50.462.075
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.657.461)	(1.270.755)	(23.129.754)	(37.391.435)
Derivativos recebidos (pagos)	(947.408)	140.266	(2.677.443)	157.420
Caixa margem	-	-	113.712	(130.759)
Pagamentos de dividendos	-	-	(2.573.353)	(1.278.359)
Créditos com acionistas	(1.100.445)	(2.644.219)	(1.100.445)	(2.644.219)
Pagamentos de dividendos não controladores	-	-	(22.847)	(29.565)
Aquisição de participação de não controladores	-	-	(44.487)	-
Cessão de Crédito líquido de amortização	-	-	5.106.805	-
Pagamentos de arrendamento mercantil	(1.291)	(734)	(2.712.046)	(2.522.149)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.074.273)	(2.089.942)	(2.290.940)	6.623.009
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos de operações descontinuadas	-	-	-	(1.757.257)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	8	8.988	4.340.915	(578.791)
Variação líquida no período	740.827	(1.650.206)	15.171.304	9.717.806
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.970	1.652.176	25.137.341	15.419.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	742.797	1.970	40.308.645	25.137.341

Transação não-caixa:	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Novos contratos CPC 6 e IFRS 16	-	-	2.770.093	2.468.331
Dividendos provisionados e prescritos	-	-	28	(3.449)
Transferência investimento negativo	60.549	85.817	60.549	85.817
Adições de imobilizado por empréstimos, financiamentos e consórcios	-	-	(61.468)	-
Dividendos intermediários	-	-	2.218.116	-
Juros capitalizados	-	-	168.817	(346.155)
Compensação de Multa	-	(3.133)	-	(3.133)
Remensuração da desmobilização de ativos	-	-	(42.979)	-
Encerramento de obra para ativo imobilizado	-	-	65.365	-
Encerramento de contratos de arrendamento	-	-	(1.165)	(368)
Parcelamentos fiscais	-	-	150.857	191.215
Compensação de impostos a pagar com saldo de PER/DCOMP	-	-	7.977	2.065
Juros sobre capital próprio distribuído	-	-	(53.502)	(63.729)
Imposto de renda retido sobre JCP	-	-	5.619	6.694
Total	60.549	82.684	5.288.307	2.337.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A J&F Investimentos S.A. ("J&F", "Companhia" ou "Controladora"), sediada no Brasil, no estado de São Paulo, é uma sociedade anônima fechada que se dedica à gestão e a investimentos estratégicos em diversos setores da economia. Seu objetivo é maximizar o valor para os acionistas, identificando oportunidades de investimento promissoras e providenciando o capital e gestão necessários para fomentar o crescimento e aumentar a eficiência das empresas adquiridas em fase de desenvolvimento.

No Brasil, destaca-se entre seus principais investimentos, a operação de processamento de bovinos, que abrange desde o abate e refrigeração até a produção de subprodutos derivados da carne. A Companhia também se ocupa da industrialização e comercialização de couros, embalagens metálicas, resinas, embalagens plásticas e produtos afins. Seu portfólio inclui ainda o processamento de aves, suínos e a produção de rações, bem como serviços de engorda de bovinos. A presença no varejo é notória com as lojas "Mercado da Carne". Internacionalmente, o segmento engloba o processamento e a comercialização de carne para o mercado europeu, além do comércio internacional de produtos derivados de proteína animal.

A J&F também atua no setor de produção, comercialização e exportação de celulose, reforestamento e geração de energia a partir de biomassa, operações que, além de contribuírem para a economia brasileira, reforçam sua posição nos mercados internacionais.

No setor de bens de consumo, a J&F marca presença no cotidiano de milhões de brasileiros com 14 marcas comerciais, incluindo Minuano, Francis, Neutrox, Albany, OX Cosméticos, Brisa, Assim, Phytoderm, Kolene, Karina, Vyvedas, Mat Inset, Hydratta e No Inset.

No campo da energia, a Companhia investe em projetos de Geração Térmica e Comercialização de Energia, contribuindo para os desafios de expansão e diversificação da matriz energética do país.

Em 2022, a Companhia expandiu para o setor de Minério e Logística, atuando na exploração, extração e beneficiamento de minerais, especificamente na produção e venda de minério de ferro e manganês, juntamente com o fornecimento de serviços de transporte marítimo.

No setor de construção civil, a J&F está envolvida na incorporação, construção e venda de empreendimentos imobiliários residenciais.

Com uma estratégia de investimento diversificada, a Companhia foca em negócios com potencial significativo de crescimento. Esta diversificação de atividades e presença tanto no mercado nacional quanto internacional espelha a abordagem ampla da J&F nos seus investimentos, mirando a criação de valor para os acionistas e a exploração de novas oportunidades de crescimento em variados setores e mercados.

Comprometida com práticas sustentáveis e responsáveis, a Companhia busca não apenas o retorno financeiro, mas também gerar um impacto positivo nas comunidades locais e no meio ambiente.

As demonstrações contábeis subsequentes incluem, além das operações da Companhia no Brasil, as atividades de suas controladas. Em seguida, é apresentado um quadro resumido dos principais investimentos e negócios investidos.

Controladas	Operações	Setor econômico	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta)	
				31.12.24	31.12.23
JBS S.A	Brasil e Exterior	Alimentos	Processamento, comercialização e exportação de proteína animal e derivados.	48,83%	48,83%
Eldorado Brasil Celulose S.A.	Brasil e Exterior	Celulose	Produção, comercialização e exportação de celulose e reforestamento.	50,59%	50,60%
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A	Brasil	Bens de consumo	Industrialização e comercialização de cosméticos e limpeza.	84,90%	84,90%
Âmbar Energia Ltda.	Brasil e Exterior	Energia	Geração, transmissão e comercialização de energia, comercialização e distribuição de gás natural, e outros combustíveis.	100,00%	100,00%
LHG Mining Ltda.	Brasil e Exterior	Mineração e logística	Holding que atua na exploração, lavra, beneficiamento e transporte de minério de ferro e manganês.	100,00%	100,00%
Flora Urbanismo Ltda.	Brasil	Imobiliário e construção	Compra e venda, locação, loteamentos e arrendamentos de imóveis comerciais e residenciais.	100,00%	100,00%

1.1 Principais eventos operacionais ocorridos no exercício:

1.1.1 Aquisições não materiais

A Administração definiu como materiais para fins de divulgação de combinação de negócios as aquisições com total de ativos acima de US\$ 50 milhões (equivalente a R\$309.615 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve aquisições relevantes que justificassem divulgação em nota explicativa de combinação de negócios. No entanto, a controlada JBS realizou aquisições de menor relevância, conforme detalhado a seguir:

Aquisição Via Rovigo Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios S.A. (Pot Of)

Em 12 de março de 2024, a subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda. adquiriu o controle da Via Rovigo Indústria, Comércio e Distribuição de Produtos Alimentícios S.A., empresa especializada na fabricação e distribuição de alimentos e pratos prontos congelados. A operação ocorreu por meio da subscrição e integralização de 376.154 ações nominativas, no valor de R\$ 9,7 milhões, e 480.006 ações ordinárias, no valor de R\$ 12,3 milhões, totalizando R\$ 22 milhões. Com essa transação, a Seara passou a deter 51% do capital social da empresa.

Aquisição Mada Araújo Asset & Port Management Ltda.

Em 24 de maio de 2024, a subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda. adquiriu o controle da Mada Araujo Asset & Port Management Ltda. (JBS terminais), passando a deter 70% de suas quotas, pelo valor contratual de R\$ 10.500, sujeito a ajuste de preço decorrente da compensação de despesas de contratos já existentes da empresa adquirida. A empresa atua como arrendatária transitória de parte do Porto de Itajaí – SC, tendo sido selecionada no Processo Seletivo nº 01/2023-ANTAQ para operar, em caráter temporário, uma área e infraestrutura públicas destinadas à movimentação e armazenagem de carga containerizada e carga geral. Após a aquisição, a empresa teve sua razão social alterada para Seara Operações Portuárias Ltda.

Aquisição Agro Alfa Indústria e Comércio Ltda.

Em 29 de maio de 2024, a subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda. adquiriu 100% das quotas do capital social da Agro Alfa Indústria e Comércio Ltda., empresa do setor agroindustrial especializada no processamento, fabricação e comercialização de produtos, subprodutos, farinhas e óleos de origem animal, pelo valor de R\$ 3,9 milhões.

1.1.2. Reversão do valor de Passivo Contingente Leniência

Em 01 de setembro de 2024, após análise de seus consultores jurídicos, a Companhia reverteu o valor provisionado no passivo contingente referente ao Acordo de Leniência (nota 2).

1.1.3. Consolidação Eldorado Celulose S.A.

Em 01 de janeiro de 2024, após análise de seus consultores jurídicos e mudança de perspectiva da administração, a Companhia reclassificou os valores classificados como ativos disponíveis para venda em sua consolidação de investimentos (nota 10).

1.1.4. Controlada Âmbar adquire novas empresas

No ano de 2024 a controlada Âmbar adquiriu novas empresas com intuito de ampliação do parque gerador do grupo e a segurança energética do Brasil. A Âmbar Sul adquiriu a Usina de Candiota, Âmbar Hidroenergia adquiriu duas PCHS (Pequena Central Hidrelétrica) em regime de concessão e a Âmbar adquire a Âmbar Hidroenergia.

1.2 Eventos subsequentes:

Novas emissões de Notas Sêniores (Bonds): Em 6 de janeiro de 2025, a controlada JBS, por meio de suas subsidiárias indiretas JBS USA Holding Lux S.a.r.l, JBS USA Food Company e JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (em conjunto, as "Emissoras"), anunciou a precificação de suas notas sêniores a serem ofertadas no mercado internacional no valor de US\$ 1,75 bilhão (equivalente a R\$ 10,83 bilhões). As emissões foram divididas em duas séries: US\$ 1,0 bilhão (R\$ 6,19 bilhões) com taxa de juros de 5,95% ao ano e vencimento em 2035, e US\$ 750 milhões (R\$ 4,64 bilhões) com taxa de 6,375% ao ano e vencimento em 2055. A conclusão da oferta ocorreu no dia 21 de janeiro de 2025. Adicionalmente, as Emissoras firmaram um contrato de direitos de registro, comprometendo-se a registrar uma oferta de troca junto à Comissão de Valores Imobiliários dos Estados Unidos, a SEC, e a concluí-la dentro de 365 dias. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento de dívidas de curto prazo e outros fins corporativos.

Investimento na Mantiqueira Alimentos Ltda.: Em 27 de janeiro de 2025, a controlada JBS firmou um acordo de investimento com a Mantiqueira Alimentos Ltda., para aquisição de 48,5% do capital social total e 50% das ações com direito a voto da Companhia. A Mantiqueira Alimentos Ltda é líder no segmento de ovos orgânicos, produzidos sem antibióticos ou hormônios e provenientes de galinhas criadas livres, contando com mais de 3 mil funcionários e uma produção anual de aproximadamente 4 bilhões de ovos. A transação marca a entrada da Companhia no setor de ovos, alinhada à sua estratégia de diversificação e expansão da plataforma global de proteínas. Em 26 de fevereiro de 2025, a aquisição foi aprovada sem restrições pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O fechamento dessa operação está condicionado ao cumprimento das condições precedentes aplicáveis a transações dessa natureza.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA): Em 28 de janeiro de 2025, a controlada JBS realizou uma oferta de três séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) emitidos pela subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda., garantidos pela JBS S.A., com vencimentos previstos para 2035, 2045 e 2055, totalizando um montante principal de R\$ 805 milhões. A conclusão da oferta ocorreu em 6 de março de 2025. Os recursos captados serão utilizados para o financiamento da compra de grãos.

Mudança na estrutura da JBS S/A: Em 13 de fevereiro de 2025, a controlada JBS anunciou que Gilberto Xandó, Presidente da JBS Brasil, assumiu o cargo de Presidente da Wild Fork North America, subsidiária indireta da JBS Investments Luxemburgo. A Wild Fork tem mais de 700 produtos em suas lojas físicas e online, além de proteínas, oferece ainda acompanhamentos, pratos prontos, vegetais, pães, sobremesas, temperos e molhos. Gilberto Tomazoni passou a acumular a presidência da JBS Brasil.

Resgate Parcial Condicional das Notas Sêniores de 5,500% da JBS USA com vencimento em 2030: Em 21 de março de 2025, a JBS USA Food Company fez um anúncio condicional para resgatar o valor agregado principal de US\$ 850,0 milhões de suas Notas Sêniores de 5,500% com vencimento em 2030 ("Notes 2030"). O resgate está condicionado ao recebimento do dividendo especial em dinheiro no valor de US\$ 6,30 por ação anunciado pela PPC em março de 2025 a seus acionistas, com pagamento previsto para ocorrer por volta de 17 de abril de 2025. A data de liquidação está programada para ocorrer em 1 de maio de 2025, sujeito ao cumprimento do pagamento do dividendo em dinheiro pela PPC. O preço de resgate das Notes 2030 será equivalente a 102,750% do seu respectivo valor de face a serem resgatadas, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver.

Proposta de Pagamento de Dividendos: Em 25 de março de 2025, o Conselho de Administração da JBS S.A. aprovou a proposta de distribuição de dividendos provenientes do saldo de reserva de lucro do exercício de 2024, no valor de R\$ 4,4 bilhões, correspondendo a R\$ 2,00 por ação ordinária. O pagamento dos dividendos está sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da JBS S.A., prevista para ocorrer em 29 de abril de 2025.

Aquisição usinas Eletrobrás no Amazonas: Em 09 de junho de 2024 a Companhia assinou acordo para aquisição do portfólio de usinas termelétricas da Eletrobrás com aditivo na data de 29 de agosto de 2024. O negócio refere-se a aquisição de 12 usinas a gás natural em operação e um projeto para implantação de uma usina termelétrica a gás natural em Manaus (AM). No total, as unidades possuem capacidade instalada de 2,1 gigawatts (GW) de energia, e a transação ocorreu pelo valor de R\$ 4,7 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão em earn-out. A conclusão da transação ocorrerá após o cumprimento das condições precedentes estipuladas no acordo.

Aditivo contratual Evolution Power Partners S.A.: Em 11 de março de 2022, a controlada Âmba celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato"), tendo por objeto a aquisição da totalidade das quotas da SPE Itaguaí e a SPE Centrais. Em 4 de maio de 2022, foi realizado o fechamento da operação com a efetiva aquisição das quotas. Nos termos do contrato, em contraprestação à cessão e transferência das quotas, a Âmba deveria pagar à EPP o preço da aquisição. As SPE Itaguaí e SPE Centrais foram incorporadas pela Âmba em 29 de novembro de 2024. Em 07 de janeiro de 2025, houve a celebração do primeiro aditivo contratual, que tratou do Saldo do Preço de Aquisição, definindo os seguintes valores a serem pagos à Evolution Power Partners S.A: (i) R\$ 260.000, que serão pagos da seguinte forma: R\$ 130.000 em 10 de janeiro de 2025 ("Primeira Parcela"); e R\$ 130.000, acrescido da Atualização Monetária, em 10 de janeiro de 2026 ("Segunda Parcela"); e (ii) R\$ 130.000, acrescido da Atualização Monetária, que será devido e exigível no caso de consumação do Evento de Antecipação (operação das usinas). Até 31 de dezembro de 2024, Companhia já havia realizado o pagamento de R\$ 110.000, considerando que em janeiro de 2025 realizou o pagamento de mais R\$ 130.000 referente a "Primeira Parcela" do Termo Aditivo, e que ainda realizará o pagamento do valor de R\$ 130.000 até janeiro de 2026 (Segunda parcela), o total da operação passou a ser R\$ 370.000 (sem considerar o evento de antecipação).

2 Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.

Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F, assumiram obrigações no Acordo de Colaboração Premiada firmado com a Procuradoria Geral da República ("PGR").

2.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A (controladora e controladas)

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

O Acordo firmado em 2017 previa o pagamento a título de multa e ressarcimento mínimo o valor de R\$ 8,0 bilhões, bem como a realização e execução de projetos sociais no valor de R\$ 2,3 bilhões, no prazo de 25 anos. Adicionalmente, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada com o objetivo de supervisionar as auditorias realizadas na controladora e controladas.

Em abril de 2020, a Companhia concluiu, com base em estudos conduzidos com consultorias independentes, ilegalidades na aplicação da metodologia do cálculo do ressarcimento e descumprimento das premissas prevista na Lei 12.846/2013 "Lei Anticorrupção". Em setembro de 2021, a J&F ingressou com pedido administrativo e judicial de revisão para adequação legal dos critérios aplicados na composição da obrigação pecuniária do Acordo de Leniência. Diante deste pedido de revisão, a J&F foi autorizada a apresentar seguro garantia referente a parcela de 2021 e 2022 até conclusão do procedimento judicial.

Conforme determinação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em 19 de julho de 2023, o Acordo de Leniência foi aditado e o valor corrigido para R\$ 3,5 bilhões, a ser pago em 8 parcelas anuais a partir da data de assinatura do aditamento. Em setembro de 2024, o juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em sede de tutela de evidência, proferiu decisão mantendo o valor da multa do Acordo de Leniência conforme estabelecido no laudo proferido pelo MPF, de R\$ 3,5 bilhões. Em decorrência do referido evento, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, reavaliou a classificação de risco e concluiu-se que a probabilidade de um desfecho desfavorável passou a ser considerada remota.

Em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia procedeu ao desreconhecimento do passivo contingente no montante de R\$ 9,7 bilhões, valor correspondente à diferença entre o aditamento corrigido monetariamente do Acordo e os termos originalmente pactuados.

A J&F e as suas controladas entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas nos Acordos acima mencionados.

Assim, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão ajustadas para corresponder as informações acima descritas:

	31.12.24	31.12.23
Passivo de Leniência	5.141.636	4.932.706
(-) Pagamentos realizados	1.169.039	1.169.039
(-) Créditos de multas e correções	1.584.394	1.485.528
PASSIVO LÍQUIDO LENIÊNCIA	2.388.203	2.278.139
PASSIVO CONTINGENTE LENIÊNCIA	-	9.461.640
TOTAL LENIÊNCIA	2.388.203	11.739.779

Além das multas e correções destacadas acima, a Companhia possui um saldo de R\$ 1.336.739 (um bilhão, trezentos e trinta e seis milhões, setecentos e trinta e nove mil reais) em multas tributárias, passíveis de compensação no Acordo de Leniência, as quais ainda não foram contabilizadas e corrigidas, pois ainda estão em curso para pagamento, estando fora do exercício apresentado.

3 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e com as normas contábeis internacionais (*Accounting Standards*) (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as políticas contábeis:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

3.2 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, conforme descrito abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio do encerramento de cada período;
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sob a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas";
- iv. os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

3.3 Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("*joint ventures*") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

3.4 Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("*joint ventures*")

A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("*joint ventures*") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. *Joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital".

3.5 Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que foram e serão adotados pela Companhia

a. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações emitidas em 2020 e 2023, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024. A Companhia acompanhou as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

IAS 1/CPC 26 e IFRS 7/CPC 40 – Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")

A partir de 1 de janeiro de 2024, as alterações visam aumentar a transparência e a comparabilidade das informações financeiras nas operações de risco sacado que consistem no financiamento de fornecedores por meio de instituição financeira. As Companhias deverão informar os termos e condições das operações com fornecedores, a exposição ao risco sacado no fluxo de caixa do balanço e os fatores que afetam o risco de liquidez relacionado a essa operação. A Companhia adequou a divulgação da nota explicativa de acordo com o requerimento da norma.

b. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia

ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A partir de 1 de janeiro de 2025, a Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

CPC 18 (R3) / IAS 28 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

A Resolução CVM nº 211 incorporou ao texto do CPC 18 (R3) / IAS 28 a utilização do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6404/76 e, por ter relação com as Demonstrações Individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.

IFRS19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A partir de 1 de janeiro de 2027, a norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis.

IFRS18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A partir de 1 de janeiro de 2027, O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

IAS 21/CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A partir de 1 de janeiro de 2025, essa alteração estabelece os requisitos contábeis para quando uma moeda funcional não pode ser convertida em outras moedas. Nesse caso, a Companhia deve usar a taxa de câmbio observável mais recente para traduzir os resultados e a posição financeira dessa operação no exterior para a sua moeda de apresentação. A entidade também deve divulgar essa taxa de câmbio, a data em que foi observada e as razões pelas quais a moeda não é trocável. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

A partir de 1 de janeiro de 2025, a orientação estabelece que deve ser abordado de forma abrangente os requisitos essenciais de reconhecimento, mensuração e evidência dos créditos de descarbonização. Essas diretrizes devem ser rigorosamente seguidas pelas entidades em todas as fases, desde a originação, negociação e aquisição dos créditos até o seu uso para cumprimento das metas de descarbonização, incluindo a sua aposentadoria. Além disso, a Orientação também trata dos passivos associados, que podem decorrer tanto de obrigações legais quanto de acordos não formalizados, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

IFRS S1 e S2/ CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

A partir de 1 de janeiro de 2026, as Resoluções CVM nº193/2024, nº217/2024, nº218/2024 e nº219/2024, exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionadas ao clima, a Companhia está avaliando os impactos das normas e não realizará a adoção voluntária para 2024.

*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

3.6 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

Informações sobre os julgamentos efetuados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativos nos valores reconhecidos nestas demonstrações contábeis consolidadas são incluídas nas seguintes notas:

- Receita líquida – transferência de controle (nota 26);
- Imposto de renda corrente e diferido – posições fiscais incertas (nota 22).

Informações sobre as premissas e incertezas de estimativas na data de encerramento das demonstrações contábeis que têm um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

- Mensuração do valor justo dos ativos biológicos (nota 7);
- Reconhecimento de impostos diferidos ativos (nota 22);
- Impairment de ativos financeiros (nota 4 e 11);
- Principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade do ágio, ativo imobilizado e ativos intangíveis (notas 16, 13 e 15);
- Principais premissas utilizadas na elaboração das estimativas de riscos processuais (nota 23);
- Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting (nota 32).

A Companhia revisa tempestivamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras e outros equivalentes de caixa com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um imaterial risco de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Caixa e bancos	31.235	674	14.971.444	9.728.395
CDB e títulos públicos ⁽¹⁾	710.190	-	25.335.829	15.407.650
Fundos de investimentos	1.372	1.296	1.372	1.296
	742.797	1.970	40.308.645	25.137.341

⁽¹⁾ Os CDBs são mantidos em instituições financeiras, rendem juros com base em taxas variáveis e estão atrelados à taxa de empréstimo interbancário *overnight* (Certificado de Depósito Interbancário - CDI). Os títulos públicos (Tesouro Selic) são títulos adquiridos de instituições financeiras com condições e características semelhantes às dos CDBs.

5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. O aging do contas a receber assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Duplicatas a vencer:				
Mercado Interno	-	-	13.408.162	9.646.221
Mercado Externo	-	-	8.435.236	4.374.209
	-	-	21.843.398	14.020.430
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	-	3.010.529	1.990.501
De 31 a 60 dias	-	-	403.911	468.110
De 61 a 90 dias	-	-	137.773	146.699
Acima de 90 dias	5.093	5.093	860.042	946.581
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(5.093)	(5.093)	(593.621)	(445.776)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(57.592)	(67.094)
	-	-	3.761.042	3.039.021
	-	-	25.604.440	17.059.451

Contratos de venda a preços provisórios - Em seu consolidado a Companhia está exposta ao risco do preço do minério de ferro, onde o preço final de venda destas commodities é calculado com base no período de cotação estipulado nos contratos de venda, que geralmente é posterior a data de reconhecimento da receita.

Portanto, a Companhia reconhece a receita inicialmente com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 32), sendo estas alterações no valor das contas a receber registradas na receita de vendas da Companhia.

Ajuste a valor presente - Os recebíveis são ajustados a valor presente utilizando as taxas de juros diretamente relacionadas ao perfil de crédito dos clientes, a contabilização do ajuste a valor presente é reconhecida em contrapartida da receita de vendas.

No âmbito das contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém foram estabelecidos parâmetros que limitam o montante de crédito concedido aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análises das operações dos clientes, assim como referência a entidades de monitoramento de crédito.

⁽¹⁾ As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list" e uma provisão é registrada para itens de longa data e duplicatas vencidas, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas".

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Saldo inicial	(5.093)	(5.093)	(445.776)	(462.961)
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	(53.419)
Transferência de ativos disponíveis para venda	-	-	(18.152)	-
Adição	-	-	(86.500)	-
Variação cambial	-	-	(100.594)	20.173
Baixas	-	-	57.401	50.431
Saldo final	(5.093)	(5.093)	(593.621)	(445.776)

6 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, dependendo das políticas contábeis da Companhia descritas na nota 7.

	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Produtos acabados	20.108.732	15.568.335
Produtos em processo	3.046.702	2.837.178
Matéria-prima	5.747.994	3.775.951
Almoxarifado	4.544.689	3.357.218
	33.448.117	25.538.682

7 Ativos biológicos

Os animais vivos são representados por bovinos, aves, suínos e peixes segregados em consumíveis e animais para reprodução. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados, enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para reprodução (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Até que os animais atinjam a idade reprodutiva, são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo de processo reprodutivo são classificados como maduros.

A Companhia determinou que os métodos de custo e receita são as técnicas de avaliação mais apropriadas para o cálculo do valor justo de seus animais vivos, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. No caso de animais mantidos para produção, esse custo é amortizado ao longo do tempo levando em conta a redução em valor ao longo de sua vida útil.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 2 da hierarquia de mensuração ao valor justo de acordo com o IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração do Valor Justo devido a preços de ativos semelhantes em mercados ativos ou em dados observáveis, mas que não são diretamente os preços do próprio ativo, ou seja, embora haja informações de mercado disponíveis, é exigido algum grau de ajustes ou modelagem para refletir com precisão o valor justo do ativo avaliado, como peso, preço de insumos para ração, custo de armazenagem, medicamentos, taxa de desconto, entre outros. O valor justo para animais vivos pode mudar devido ao aumento ou diminuição nos custos de alimentação, custos de armazenamento e custos de produtores integrados.

Aves e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Referem-se a aves destinadas ao abate após período de maturação. As aves permanecem em desenvolvimento durante um período de 30 a 48 dias para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. Os ovos permanecem em incubação entre 21 a 25 dias.

Não circulantes (para reprodução) - Referem-se a matrizes de aves destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada em 68 semanas (476 dias). Os animais nessa categoria são segregados em maduros, animais já em estágio de reprodução, e imaturos, pois estão em desenvolvimento. Os custos associados às matrizes são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (ovos). A amortização de uma ave madura é reconhecida sob a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Bovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referem-se a rebanho bovino em sistema de confinamento (intensivo), rebanho bovino a pasto (extensivo) que permanece em desenvolvimento por um período de 90 a 120 dias.

Não circulantes (para reprodução) - Referem-se a touros que são destinados à reprodução, que têm vida útil estimada de 5 anos (1.825 dias). Os custos associados a bovinos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (bovinos). A amortização de um bovino é reconhecida sob a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Suínos:

Circulantes (consumíveis) - Referem-se a suínos destinados a abate após o período de maturação. Os suínos permanecem em período de maturação de 170 a 175 dias, para a produção de carne in natura e/ou produtos industrializados.

Não circulantes (para reprodução) - Referem-se a suínos que são destinados à reprodução, que têm vida útil estimada de 27 meses (810 dias). Os custos associados a suínos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (suínos). A amortização de um suíno é reconhecida sob a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Peixes e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Referem-se aos peixes que pesam acima de 1 quilo e que são destinados ao abate após o período de maturação. Neste estágio, os peixes são mensurados a valor justo menos o custo de venda.

Não circulantes (em estágio de maturação) - Referem-se aos ovos, alevinos, salmão *smolt* e peixes abaixo de 1 quilo. O período de tempo estimado para o desenvolvimento de ovos para peixes é de aproximadamente 2 anos. Neste estágio, os ativos são mensurados a custo.

Não circulantes (para reprodução) - Referem-se as matrizes de peixes que são destinados à reprodução, que têm vida útil estimada de 3 anos (1.095 dias). Os custos associados aos peixes são acumulados até o período de produção e amortizados ao longo de sua vida produtiva com base em uma estimativa de sua capacidade de produzir novos ativos (ovos). A amortização de um peixe é reconhecida sob a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado do exercício.

Florestas:

Na controlada Eldorado, referem-se às florestas renováveis de eucalipto utilizadas na produção de celulose e são mensurados ao valor justo líquido das despesas de venda. A exaustão é mensurada com base na quantidade de madeira colhida em relação à quantidade projetada da produção total de madeira e avaliada pelo valor justo do ativo biológico que está sendo colhido. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita semestralmente, intervalo considerado suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado nas demonstrações contábeis da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do período em que ocorre.

A controlada Eldorado, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, utilizou o método do Fluxo de Caixa Descontado (DCF – *Discounted Cash Flow*), para estimar o valor presente dos fluxos de caixa esperados do ativo biológico. As mensurações de valor justo foram categorizadas como valores justos de Nível 3.

O volume de produção de madeira considera, além das restrições operacionais e da demanda anual do mercado, a produtividade florestal medida pelo Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano. Os preços de madeira em pé (Eucalyptus), designados em R\$/metro cúbico, correspondem a média dos preços praticados em transações comerciais de madeira no mercado do Mato Grosso do Sul, e são determinados por especialista de mercado que considera uma conjunção de fatores externos como a demanda da região, eventos climáticos e preços praticados em mercado ativo.

Os custos consideram todos os gastos relevantes, entre eles os custos de arrendamento, cultivo e manutenção. Os custos de manuseio das culturas contemplam gastos com a adubação, controle de plantas daninhas, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e aceiros, e outros serviços necessários à manutenção das florestas plantadas. Dentre as premissas utilizadas no cálculo, destaca-se os preços da madeira, a taxa de desconto do fluxo de caixa descontado e o *Tax Amortization Benefit* (TAB). A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital da Companhia.

Aumentos (reduções) significativos nos preços de madeira em pé utilizados na avaliação, resultariam em acréscimo (decréscimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. Por outro lado, uma elevação (redução) significativa da taxa de desconto, acarretaria em decréscimo (acréscimo) dos valores mensurados. As florestas que compõem o ativo biológico estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, pragas, doenças e variações climáticas, as quais podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e consequentemente a produtividade dos plantios.

	Consolidado			
	31.12.24		31.12.23	
	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
Ativos biológicos circulantes (consumíveis):				
Aves e ovos	3.704.432	553.455	3.318.541	560.414
Bovinos	425.963	64	302.855	19
Suínos e ovinos	4.528.385	8.154	3.758.064	8.517
Peixes (kg)	1.299.819	23.525	909.588	21.678
Total circulante	9.958.599	585.198	8.289.048	590.628
	Consolidado			
	31.12.24		31.12.23	
	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
Ativos biológicos não circulantes (para reprodução e desenvolvimento há mais de 12 meses):				
Aves maduras em reprodução	1.264.216	26.052	1.021.615	23.745
Aves imaturas em desenvolvimento e ovos	1.175.070	16.362	884.705	16.867
Bovinos	13.778	1	12.268	1
Suínos	661.296	680	562.367	670
Peixes maduros (kg)	7.295	51	11.343	84
Peixes imaturos em desenvolvimento (kg) e ovos	76.611	574	68.456	514
Florestas de eucaliptos (hectares)	5.071.373	271.784	12.287	2.232
Total não circulante	8.269.639	315.504	2.573.041	44.113
Total dos ativos biológicos	18.228.238	900.702	10.862.089	634.741

	Consolidado			
	31.12.24		31.12.23	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Movimentação do ativo biológico:				
Saldo no início do exercício	8.289.048	2.573.041	9.710.693	2.619.066
Aquisição em combinações de negócios	-	-	(127.014)	-
Transferência ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	-	4.748.287	-	-
Aumento por nascimentos e absorção de custos	57.488.270	7.368.374	64.344.135	4.180.754
Redução por abate, venda ou consumo	(65.329.980)	(414.461)	(67.522.191)	(332.334)
Aumento por aquisição de ativo biológico	2.347.876	1.975.508	1.995.067	901.673
Redução por morte	87.073	(11.675)	(831.807)	(89.342)
Fair value (marcação a mercado)	870.652	42.996	(446.309)	3.468
Transferência entre circulante e não circulante	4.906.397	(4.906.397)	1.537.427	(1.537.427)
Variação Cambial	1.299.263	451.893	(370.953)	(135.622)
Amortização	-	(3.557.927)	-	(3.037.195)
Saldo no fim do exercício	9.958.599	8.269.639	8.289.048	2.573.041

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
	ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	-	-	4.214.628
PIS e COFINS	-	13.266	2.671.398	2.614.900
IRRF/IRPJ a recuperar	41.713	66.985	6.159.388	5.987.310
Outros	67	194	294.055	259.931
	41.780	80.445	13.339.469	13.418.208
Desmembramento:				
Ativo circulante	13.370	52.035	4.391.045	4.832.877
Ativo não circulante	28.410	28.410	8.948.424	8.585.331
	41.780	80.445	13.339.469	13.418.208

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços: Advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas. Considerando que os créditos não expiram, a Companhia tem expectativa de recuperar referidos créditos integralmente, seja para compensar impostos em vendas no mercado interno, seja na aquisição de ativos imobilizados, embalagens, energia elétrica, venda para terceiros e outros.

PIS e COFINS: Refere-se a crédito não cumulativo incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante compensação de outros impostos de âmbito Federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie, por via administrativa ou judicial. Através da Lei 13.670, a Controlada JBS, que possui esses créditos, passou a compensar os créditos de PIS e Cofins gerados, a partir de agosto de 2018 com débitos previdenciários.

IRPJ e IRRF: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, estoque residual de imposto de renda pago pelas controladas e suas controladas no exterior e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros.

IPI - Imposto sobre produtos industrializados: Refere-se ao imposto incidente na aquisição de matérias-primas e materiais de embalagens de produtos nacionais e estrangeiros (importação). As alíquotas podem variar de acordo com o tipo de produto, volume ou preço de venda. Os créditos não expiram e podem ser usados para pagar outros tributos federais ou reembolsados.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Crédito com empresas ligadas	17.241	2.488.386	3.661.412	3.483.498
Débito com empresas ligadas	(1.946.402)	(571.751)	(14.348)	(5.194)
	(1.929.161)	1.916.635	3.647.064	3.478.304

CONTROLADORA	Moeda	Contas a Receber		Contas a Pagar		Efeito no resultado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Controladas diretas							
Eldorado	R\$	181	68	-	-	-	-
Globe	R\$	-	791	-	-	-	-
Flora Urbanismo	R\$	60.928	-	-	(433.590)	(901)	(64.782)
Flora H&L	R\$	336	-	-	(25)	174.144	60.314
JBS S.A. ⁽¹⁾	R\$	-	-	(482.068)	(571.070)	19.070	14.620
J&F Investimentos Ltd	US\$	-	-	(641)	(641)	-	-
Anglo	R\$	-	-	(2.719)	(2.719)	-	-
Âmbar Energia	R\$	13.987	-	(4.786.912)	(253.305)	(113.530)	(82.188)
LHG Mining ⁽²⁾	R\$	63	9	(469.526)	-	-	-
SAK	R\$	2	-	-	-	-	-
Fluxus Holding	R\$	56	-	-	-	-	-
JBS Participações	R\$	11	-	-	-	-	-
Laguz	R\$	4	-	-	-	-	-
Mgás ⁽²⁾	R\$	211.747	-	-	-	(6.747)	-
Outras Partes Relacionadas							
Mundo Novo	R\$	5.954	5.199	-	-	(756)	(742)
PicPay	R\$	1.802	22	(2)	-	-	-
Canal Rural	R\$	101	1	(2.981)	-	-	-
VNMB Participações	R\$	6	6	-	-	-	-
Arrossensal	R\$	4	4	-	-	-	-
J&F Participações	R\$	3.197.525	2.878.509	-	-	(363.912)	(339.283)
José Batista Sobrinho ⁽²⁾	R\$	322.520	290.889	-	-	(31.631)	(33.442)
Banco Original	R\$	272	2.325	-	-	-	-
Seara	R\$	-	-	(14)	(14)	-	-
ZMF	R\$	141	141	-	-	-	-
JJMB	R\$	36	7	-	-	-	-
WWMB	R\$	38	8	-	-	-	-
J&F Floresta Agropecuária	R\$	21	21	-	-	-	-
Instituto J&F	R\$	-	-	(33)	(1)	-	-
		3.815.735	3.178.000	(5.744.896)	(1.261.365)	(324.263)	(445.503)

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo celebrado entre a JBS S.A. e a J&F Investimentos S.A. e alguns ex-executivos da Companhia, que representa a extinção definitiva do litígio objeto do processo Arbitral CAM n° 186/21, pelo qual a J&F comprometeu-se a liquidar conforme os termos e condições especificadas no acordo. Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou o montante de R\$ 119.751 em decorrência desse acordo.

⁽²⁾ Valores quitados ao longo do primeiro trimestre de 2025.

Nos contratos de conta corrente com partes relacionadas incidem cobrança de custos administrativos e de captação e variação cambial, quando aplicável.

As principais garantias prestadas e/ou recebidas pela Companhia são:

A Companhia atua como garantidora e/ou avalista de empréstimos contraídos por algumas de suas controladas (Âmbar, Flora, Flora Urbanismo, LHG Mining e Mgás) junto a instituições financeiras para financiamento de capital de giro na aquisição de investimentos e financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeita a obrigações adicionais decorrentes dessas garantias e/ou avais.

Nos contratos de conta corrente com partes relacionadas incidem cobrança de custos administrativos e de captação e variação cambial, quando aplicável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Consolidado - Partes relacionadas

	Saldos de balanço	
	31.12.24	31.12.23
J&F Participações	3.197.525	2.878.509
José Batista Sobrinho	322.520	290.889
Globe	127.486	304.072
Acionista não controlador da Mang (Controlada da Âmbar Energia)	5.791	-
SMPA	2.539	2.201
PicPay	1.800	22
Banco Original	274	2.424
Futura	91	-
Fluxus Holding	56	-
WWMB	38	8
JJMB	36	7
J&F Floresta Agropecuária	21	21
VNMB Participações	6	6
Arrossensal	4	4
Laguz	4	-
Germinare	(33)	(1)
Canal Rural	(2.876)	1
ZMF	(8.218)	141
	3.647.064	3.478.304

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência foi de R\$ 7.126 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 8.366 em 31 de dezembro de 2023.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R3) – Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho ou remuneração com base em ações.

10 Ativos disponíveis para venda

A classificação como um ativo disponível para venda ocorre quando os seguintes critérios são atendidos: o ativo deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais; ii) a venda do ativo deve ser altamente provável; e iii) o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo. A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Os saldos do balanço patrimonial dos ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2023 estão compostos a seguir:

	2023
	Eldorado Celulose
Caixas e equivalentes de caixa	1.407.283
Contas a receber de clientes	1.133.769
Estoques	748.147
Impostos a recuperar	114.201
Ativos biológicos	4.748.287
Imobilizado	5.323.027
Direito de Uso	1.671.985
Intangível	126.398
Investimentos em Controladas	150.521
Outros ativos circulantes e não circulantes	836.388
Total do ativo	16.260.006
Empréstimos e financiamentos	2.622.973
Fornecedores	389.485
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	906.543
Arrendamento a pagar	1.735.695
Provisão para contingências	42.244
Outros passivos circulantes e não circulantes	123.103
Total do passivo	5.820.043
Patrimônio líquido	10.439.963

Os resultados por empresa dos ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2023 estão compostos a seguir:

	2023
	Eldorado Celulose
Receita líquida	5.759.087
Custo	(2.649.276)
LUCRO BRUTO	3.109.811
(Despesas) receitas operacionais	(609.230)
RESULTADO OPERACIONAL	2.500.581
Resultado financeiro líquido	369.402
Resultado das operações descontinuadas antes dos impostos	2.869.983
Imposto de renda e contribuição social	(519.846)
Lucro líquido do período das operações descontinuadas	2.350.137

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas unidades de negócios dos Ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2023, são:

	2023
	Eldorado Celulose
Atividades operacionais	2.972.324
Atividades de investimentos	(1.155.040)
Atividades de financiamento	(1.757.257)
Caixa líquido gerado (utilizado)	60.027

Arbitragem Eldorado

Em 02 de setembro de 2017, a J&F celebrou um contrato de compra e venda de ações para a transferência de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brasil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment").

O Contrato de Compra e Venda de Ações previa que a transferência de ações da subsidiária Eldorado, da J&F à CA, poderia ocorrer durante o prazo de 12 (meses), caso determinadas condições precedentes fossem cumpridas, o que não ocorreu.

As partes controvêtem sobre as razões da não realização da transferência de ações da Eldorado conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo a CA, em setembro de 2018, não cumprido com prazos e obrigações do Contrato de Compra e Venda de Ações. As partes iniciaram uma disputa judicial e arbitral no segundo semestre de 2018. A discussão entre as partes está em andamento sem qualquer alteração na composição acionária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 a composição acionária da Companhia é composta por 49,41% de participação da CA Investment e de 50,59% de participação acionária da J&F, únicos acionistas da subsidiária Eldorado, permanecendo a J&F como controladora da Companhia.

A Companhia, em conformidade com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, havia classificado sua participação remanescente de 50,59% na Eldorado como Ativo Disponível para Venda, considerando que a intenção de alienação era concreta e representava um plano estratégico da administração. No entanto, em função de eventos supervenientes a administração revisou sua intenção relativa à alienação das ações da Eldorado, visto que os critérios para o reconhecimento do investimento não estão mais atendidos.

O fato que levou a essa mudança de posicionamento decorre de impossibilidade jurídica da conclusão do negócio tendo em vista decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que entende pelo desfazimento do negócio e devolução do preço pago. Esse desdobramento foi formalmente compartilhado pela Eldorado, com a J&F, em 2 de janeiro de 2024.

Diante desse evento e considerando que a alienação deixou de ser altamente provável nos termos do CPC 31, a administração da Companhia decidiu manter sua participação na controlada, retornando à consolidação integral de seus números, conforme estabelecido pelo CPC 36. A Companhia continuará acompanhando os desdobramentos legais e regulatórios, adotando as medidas necessárias para garantir a conformidade e transparência perante os órgãos competentes e investidores.

11 Títulos a receber

A Companhia adicionou em sua carteira de recebíveis o montante de R\$ 534.649 em 2024 e de R\$ 2.866 em 2023, as quais decorrem de crédito substancialmente de empresas de natureza de agronegócio e de natureza judicial. O saldo da carteira em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 495.696 (R\$ 211.363 em 31 de dezembro 2023), no qual demonstramos abaixo a sua movimentação durante o período:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Saldo inicial:	211.363	236.430
(+) Adições	534.649	2.866
(-) Recebimentos	(14.698)	(19.127)
(-) Perdas efetivas	-	(8.807)
(-) AVP	(235.618)	-
Saldo final:	495.696	211.363

Em 31 de dezembro de 2024, não houve movimentação no saldo de provisão para impairment, permanecendo o saldo de R\$ 340.075.

A provisão é registrada para itens de longa data vencidos, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas.

Esfera Administrativa: É feita a avaliação inicial do crédito e respectivas garantias. Se houver alienação fiduciária de imóvel, analisa-se o valor do imóvel e compara-se o valor do crédito para que se prossiga com o procedimento extrajudicial de consolidação da propriedade. Caso a garantia seja um imóvel, e este imóvel seja um valor muito inferior ao valor do crédito, opta-se pelo ajuizamento da ação judicial cabível. Contatos com os devedores também podem ser realizados nessa fase para tratativas.

Esfera Judicial: A Companhia realiza o acompanhamento junto aos escritórios terceirizados, inclusive revisão de peças judiciais, alinhamento de estratégia, além de todo o suporte em geral. Mensalmente todos os créditos da carteira assim como o atual andamento das cobranças são analisados pelo comitê de crédito e cobrança da Companhia.

12 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures"

Informações sobre os investimentos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Em controladas:	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
JBS ⁽¹⁾	48,34%	251.936.042	23.576.206	44.780.867	416.952.001	9.615.923
Eldorado Brasil Celulose	50,59%	16.725.068	1.788.792	10.820.526	6.373.370	1.095.508
Âmbar Energia	100,00%	10.285.074	1.668.510	954.410	1.378.832	-
LHG Mining	100,00%	7.662.116	1.567.813	10.286	2.028.372	(1.825.528)
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ⁽²⁾	84,90%	3.607.071	792.561	1.067.800	2.286.450	128.003
Fundo Invest. Dir. Credit. Não Padronizados - CERES	97,34%	446.033	5.010	445.979	-	(413)
MGAS Comercializadora de Gás Ltda.	80,00%	416.856	3.200	33.730	425.488	2.947
Flora Urbanismo	100,00%	239.651	24.150	25.451	6.933	(29.352)
Anglo Alimentos	100,00%	34.498	121.788	22.519	-	16
J&F Oklahoma	99,90%	19.506	411.532	19.506	-	(71)
Original Corp. Corretora	80,00%	18.958	259.935	(16.649)	74.863	(21.636)
Em coligadas:						
J&F Cayman	36,36%	1.846.657	457.346	(442.929)	-	(63.299)

⁽¹⁾ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na JBS via J&F Luxemburg e JMF FIC FIP AGRO.

⁽²⁾ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na Flora via FIP FIAGRO Colorado.

Na Controladora:	Saldo em 31.12.23	Transferência de ativos disponíveis para venda	Adição (Baixa)	Variação Cambial ⁽¹⁾	Dividendos	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.24
						No Patrimônio Líquido ⁽²⁾	No Resultado do Período	
JBS	10.420.945	-	(218.746)	-	(1.566.674)	(361.382)	2.268.887	10.543.030
Eldorado Brasil Celulose ⁽³⁾	-	5.205.148	-	-	(422.422)	137.045	554.205	5.473.976
J&F Luxembourg	7.229.507	-	(1.150.128)	1.940.032	-	(2.035.188)	1.618.538	7.602.761
Âmbar Energia	716.171	-	718.521	-	-	57.975	(468.554)	1.024.113
LHG Mining	168.466	-	1.550.000	-	-	117.348	(1.825.528)	10.286
FIC AGRO JMF	3.518.104	-	5.022	-	-	(270.932)	797.625	4.049.819
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	694.585	-	-	-	(37.411)	-	89.510	746.684
Fundo Invest. Dir. Credit. N.P. - CERES	455.756	-	(431)	-	(20.843)	-	(401)	434.081
MGAS Comercializadora de Gás Ltda.	-	-	6.506	-	-	13.233	7.245	26.984
Flora Urbanismo	45.915	-	-	-	-	8.889	(29.353)	25.451
FIAGRO Colorado	151.610	-	1.556	-	-	1.502	18.410	173.078
Anglo Alimentos	22.503	-	-	-	-	-	16	22.519
J&F Oklahoma	-	-	124	-	-	-	(124)	-
J&F Investimentos Ltda.	9.596	-	-	2.674	-	(1)	(31)	12.238
Original Corp. Corretora	4.014	-	-	-	-	-	(17.308)	(13.294)
SAK Segurança	-	-	944	-	-	-	(619)	325
J&F Cayman	(85.817)	-	1.540	(25.997)	-	(495)	(22.303)	(133.072)
Gasocidente Mato Grosso Ltda.	1.064	-	(1.086)	-	-	-	22	-
Fundo Invest. Participações Caixa Milão	17	-	(23)	-	-	7	(1)	-
Futura Venture	223	-	(222)	-	-	-	(1)	-
Subtotal	23.352.659	5.205.148	913.577	1.916.709	(2.047.350)	(2.331.999)	2.990.235	29.998.979
Provisão para perdas de investimentos ⁽⁴⁾	85.817	-	-	-	-	-	-	146.366
Total	23.438.476	5.205.148	913.577	1.916.709	(2.047.350)	(2.331.999)	2.990.235	30.145.345

⁽¹⁾ Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

⁽²⁾ Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

⁽³⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

⁽⁴⁾ Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

Na Controladora:	Saldo em 31.12.22	Adição (Baixa)	Variação Cambial ⁽¹⁾	Dividendos	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.23
					No Patrimônio Líquido ⁽²⁾	No Resultado do Período	
JBS	19.073.090	(7.186.353)	-	(912.873)	(100.773)	(452.144)	10.420.945
J&F Luxembourg ⁽³⁾	-	6.999.912	(6)	-	216.125	13.476	7.229.507
FIC AGRO JMF	3.539.684	21.788	-	-	41.006	(84.374)	3.518.104
Âmbar Energia	1.454.411	-	-	-	(13.944)	(724.296)	716.171
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	603.077	27.670	-	(44.565)	1.417	106.986	694.585
Fundo Invest. Dir. Credit. N.P. - CERES	460.737	118	-	(4.632)	(70)	(397)	455.756
FIAGRO Colorado	129.441	732	-	-	(701)	22.138	151.610
Flora Urbanismo	81.594	-	-	-	20	(35.699)	45.915
Anglo alimentos	22.509	-	-	-	-	(6)	22.503
J&F Investimentos Ltd	10.370	-	(748)	-	-	(26)	9.596
Original Corp. Corretora	10.072	-	-	-	-	(6.058)	4.014
Fundo de Investimento Participações Caixa Milão	5.638	(6.105)	-	-	21	463	17
Gasocidente Mato Grosso Ltda.	795	-	-	-	447	(178)	1.064
Futura Venture	230	-	-	-	-	(7)	223
J&F Oklahoma	-	12.760	-	-	-	(12.760)	-
LHG Mining	(18.348)	-	-	-	(42.700)	229.514	168.466
J&F Cayman	(71.689)	532	5.408	-	209	(20.277)	(85.817)
Globe Investimentos ⁽⁴⁾	(83.199)	84.735	-	-	-	(1.536)	-
Subtotal	25.218.412	(44.211)	4.654	(962.070)	101.057	(965.181)	23.352.659
Provisão para perdas de investimentos ⁽⁵⁾	173.236	-	-	-	-	-	85.817
Total	25.391.648	(44.211)	4.654	(962.070)	101.057	(965.181)	23.438.476

⁽¹⁾ Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

⁽²⁾ Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

⁽³⁾ A J&F Luxembourg foi constituída em 15 de março de 2023, com sede em Luxemburgo, controladora da JBS B.V., empresa localizada na Holanda. Através da JBS B.V a controlada JBS anunciou ao mercado em 12 de julho de 2023 a dupla listagem no Brasil e nos Estados Unidos. Na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a JBS B.V será registrada como emissora estrangeira para listar Brazilian Depositary Receipts - BDRs Nível II na B3 lastreados em ações classe A. A operação será submetida à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, ainda a ser convocada. Na SEC, a JBS B.V. será registrada como emissora estrangeira (Foreign Private Issuer - FPI) para listar suas ações classe A na New York Stock Exchange (NYSE), nos Estados Unidos da América.

⁽⁴⁾ Em Setembro de 2023 a Companhia celebrou contrato de compra e venda com seus acionistas, JJMB e WWMB, alienando sua participação na Globe Investimentos S.A.

⁽⁵⁾ Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

No consolidado:	Equivalência patrimonial					
	Saldo em 31.12.23	Adição (Baixa)	Distribuição de dividendos	No Patrimônio Líquido	No Resultado do Período	Saldo em 31.12.24
Meat Snacks Partners Ltda.	188.431	-	(56.883)	(24.798)	12.971	119.721
JBS Ontário	77.430	-	-	22.700	7.443	107.573
Swiss Park Empresarial	15.310	-	-	-	-	15.310
Figueiras do Parque	11.186	1.671	(2.944)	-	(1.977)	7.936
Birla Societá Agrícola Srl	8.160	-	-	1.846	(62)	9.944
Outros	138	70.211	-	-	14	70.363
Cachoeira	15	1	-	-	(16)	-
São Caetano I	15	2	-	-	(17)	-
Bom Jesus	15	4	-	-	(19)	-
Pitumbu	11	6	-	-	(17)	-
São Caetano	5	-	-	-	(5)	-
Total	300.716	71.895	(59.827)	(252)	18.315	330.847
J&F Cayman ^(*)	(85.817)	1.540	-	(26.492)	(22.302)	(133.071)
	214.899	73.435	(59.827)	(26.744)	(3.987)	197.776

(*) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

No consolidado:	Equivalência patrimonial					
	Saldo em 31.12.22	Adição (Baixa)	Distribuição de dividendos	No Patrimônio Líquido	No Resultado do Período	Saldo em 31.12.23
TMT ⁽¹⁾	278.833	(324.036)	(4.590)	41	49.752	-
VSB ⁽¹⁾	237.424	(253.403)	(4.080)	-	20.059	-
Meat Snacks Partners Ltda.	209.092	-	(62.500)	(3)	41.842	188.431
JBS Ontário	75.720	-	-	(5.606)	7.316	77.430
Figueiras do Parque	35.278	(22.620)	-	-	(1.472)	11.186
Swiss Park Empresarial	15.310	-	-	-	-	15.310
Birla Societá Agrícola Srl	10.025	-	-	(314)	(1.551)	8.160
Outros	299	(161)	-	-	-	138
Cachoeira	12	32	-	-	(29)	15
São Caetano I	9	35	-	-	(29)	15
Bom Jesus	9	35	-	-	(29)	15
Pitumbu	3	37	-	-	(29)	11
São Caetano	(6)	41	-	-	(30)	5
São Galvão	(80)	144	-	-	(64)	-
Total	861.928	(599.896)	(71.170)	(5.882)	115.736	300.716
J&F Cayman ⁽²⁾	(71.689)	532	-	5.617	(20.277)	(85.817)
	790.239	(599.364)	(71.170)	(265)	95.459	214.899

⁽¹⁾ Durante o ano de 2023 a controlada Âmbor alienou seus investimentos nas Transmissoras Triângulo Mineiro Transmissora S.A (TMT) e Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A (VSB), conforme contrato de venda foi firmado em setembro/23 e concretizado em dezembro/23 pelo montante de R\$ 577.172.

⁽²⁾ Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

13 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos sejam mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção são deduzidos e reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos seus ativos sempre que eventos ou mudanças significativas indiquem que o valor contábil deste ativo pode não ser recuperável. Quando os fluxos de caixa futuros não descontados estimam ser insuficientes para recuperar o valor contábil do ativo, a Companhia compara o valor dos fluxos de caixa futuros do ativo, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto ajustada ao risco e ao valor atual e reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

No final de cada exercício, a Administração analisa se existe algum indicativo que um ativo pode sofrer redução de seu valor recuperável. Ativos e passivos são agrupados em UGC's para fins de teste de recuperabilidade. Um item do imobilizado ou UGC's são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação.

Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis.

Reservas minerais e vida útil das minas - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de redução ao valor recuperável de ativos não circulantes.

Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos ("custo de remoção estéril" ou "stripping costs") incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual *impairment*, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.24	31.12.23
Imóveis	5 a 54 anos	39.513.669	(13.495.187)	26.018.482	21.058.022
Terra nua e terrenos	-	6.978.977	-	6.978.977	6.067.226
Máquinas e equipamentos	3 a 30 anos	67.886.662	(38.561.488)	29.325.174	21.272.813
Instalações	10 a 28 anos	9.014.768	(3.963.688)	5.051.080	3.856.680
Equipamentos de informática	2 a 10 anos	3.276.190	(2.066.816)	1.209.374	818.317
Veículos	5 a 35 anos	5.136.144	(2.203.767)	2.932.377	2.079.367
Obras em andamento	-	9.181.649	-	9.181.649	9.534.457
Ativos Minerários	Produção	120.655	(53.009)	67.646	66.492
Desmobilização de ativos	10 anos	246.685	(136.458)	110.227	65.013
Outros	2 a 15 anos	4.858.844	(2.867.642)	1.991.202	1.257.560
		146.214.243	(63.348.055)	82.866.188	66.075.947

13 Imobilizado - continuação

Movimentação do ativo imobilizado

Consolidado	31.12.23	Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	Aquisições em combinações de Negócios	Adições e transferências	Baixas	Realização de mais valia / Impairment	Depreciação	Variação cambial	31.12.24
Imóveis	21.058.022	1.023.812	3.831	2.298.794	(79.234)	(27)	(1.400.954)	3.114.238	26.018.482
Terra nua e terrenos	6.067.226	103.335	46.295	243.621	(24.892)	1.922	-	541.470	6.978.977
Máquinas e equipamentos	21.272.813	3.072.211	485.614	5.080.853	(163.486)	(36.387)	(3.991.139)	3.604.695	29.325.174
Instalações	3.856.680	543.771	102.198	857.310	(3.678)	71.758	(398.712)	21.753	5.051.080
Equipamentos de informática	818.317	66.754	597	537.132	(18.373)	(8.361)	(358.732)	172.040	1.209.374
Veículos	2.079.367	141.571	415	1.006.423	(83.942)	5.902	(361.176)	143.817	2.932.377
Obras em andamento	9.534.457	340.541	5.180	(1.526.655)	(38.394)	708	(21)	865.833	9.181.649
Ativos Minerários	66.492	-	-	1.154	-	-	-	-	67.646
Desmobilização de ativos	65.013	-	-	45.214	-	-	-	-	110.227
Outros	1.257.560	31.032	2.651	634.994	(7.304)	20.726	(239.826)	291.369	1.991.202
	66.075.947	5.323.027	646.781	9.178.840	(419.303)	56.241	(6.750.560)	8.755.215	82.866.188

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

Consolidado	31.12.22	Aquisições em combinações de Negócios ⁽¹⁾	Adições e transferências	Baixas	Realização de mais valia / Impairment	Depreciação	Variação cambial	31.12.23
Imóveis	19.907.539	9.527	3.449.111	(162.082)	(477)	(1.324.080)	(821.516)	21.058.022
Terra nua e terrenos	5.603.636	(736)	704.540	(71.069)	(810)	-	(168.335)	6.067.226
Máquinas e equipamentos	20.436.812	52.297	5.008.206	(202.834)	(10.845)	(3.103.573)	(907.250)	21.272.813
Instalações	3.175.368	617	947.568	(13.756)	22.817	(268.184)	(7.750)	3.856.680
Equipamentos de informática	619.169	215	458.201	(4.123)	(201)	(229.199)	(25.745)	818.317
Veículos	1.830.923	72	617.084	(59.559)	(8.281)	(259.769)	(41.103)	2.079.367
Obras em andamento	11.599.753	-	(1.757.783)	(20.191)	(410)	-	(286.912)	9.534.457
Ativos Minerários	35.997	-	31.093	(598)	-	-	-	66.492
Desmobilização de ativos	61.897	-	27.773	-	-	(24.657)	-	65.013
Outros	1.157.062	50	385.396	(49.058)	(1.055)	(186.439)	(48.396)	1.257.560
	64.428.156	62.042	9.871.189	(583.270)	738	(5.395.901)	(2.307.007)	66.075.947

⁽¹⁾ Refere-se a aquisição da subsidiária indireta Vyvedas Cosméticos do Brasil Ltda adquirida em 2023 e aos ajustes das combinações de negócios das subsidiárias indiretas Brazservice Ltda e Tróia S.A. Produtos de Limpeza, adquiridas durante o exercício de 2022, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios de 31 de dezembro de 2023.

14 Arrendamento Mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A Companhia, quando na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de valores não materiais.

A taxa média ponderada de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros no Consolidado foi de 5,16% a 14,75% em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento e a política econômica de cada país onde as subsidiárias são domiciliadas.

14.1 Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil

Consolidado	Prazo de vigência dos contratos	Custo	Amortização acumulada	Líquido
				31.12.24
Unidades de confinamento	1 a 12 anos	7.400.274	(3.485.086)	3.915.188
Imóveis	1 a 30 anos	5.918.489	(1.821.994)	4.096.495
Veículos e aeronaves	1 a 15 anos	2.662.294	(1.477.635)	1.184.659
Máquinas e equipamentos	1 a 7 anos	2.258.702	(1.311.888)	946.814
Plantas industriais	1 a 11 anos	113.054	(59.660)	53.394
Terra nua e terrenos	1 a 30 anos	2.399.271	(844.220)	1.555.051
Equipamentos de informática	1 a 4 anos	138.590	(105.183)	33.407
		20.890.674	(9.105.666)	11.785.008

Consolidado	31.12.23	Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	Adições	Contratos encerrados	Amortização	Variação Cambial	31.12.24
						31.12.24	
Unidades de confinamento	3.899.029	-	529.708	(135.203)	(841.692)	463.345	3.915.187
Imóveis	2.681.141	42	1.586.522	(173.623)	(527.311)	501.584	4.068.355
Veículos e aeronaves	1.113.411	14.788	277.021	(12.082)	(417.816)	237.476	1.212.798
Máquinas e equipamentos	764.912	270.631	499.852	(329.783)	(324.373)	65.575	946.814
Plantas industriais	95.348	-	(936)	(21.251)	(21.722)	1.955	53.394
Terra nua e terrenos	94.411	1.386.524	290.927	(28.310)	(204.962)	16.461	1.555.051
Equipamentos de informática	75.672	-	2.744	-	(45.010)	3	33.409
	8.723.924	1.671.985	3.185.838	(700.252)	(2.382.886)	1.286.399	11.785.008

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

Consolidado	31.12.22	Aquisições em combinação de negócios ⁽²⁾	Adições ⁽¹⁾	Contratos encerrados	Amortização	Variação Cambial	31.12.23
						31.12.23	
Unidades de confinamento	4.299.324	(51.501)	731.620	(83.196)	(834.206)	(163.012)	3.899.029
Imóveis	2.339.496	-	961.018	(131.901)	(435.674)	(51.798)	2.681.141
Veículos e aeronaves	1.052.178	-	505.262	(4.579)	(368.190)	(71.260)	1.113.411
Máquinas e equipamentos	1.055.434	-	416.948	(157.299)	(531.203)	(18.968)	764.912
Plantas industriais	97.601	-	30.754	(686)	(31.534)	(787)	95.348
Terra nua e terrenos	103.487	-	7.683	(117)	(13.060)	(3.582)	94.411
Equipamentos de informática	48.845	-	53.177	-	(26.347)	(3)	75.672
	8.996.365	(51.501)	2.706.462	(377.778)	(2.240.214)	(309.410)	8.723.924

⁽¹⁾ As adições de cada linha são apresentadas líquidas de PIS e COFINS.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste de combinação de negócios da aquisição da TriOak adquirida durante o exercício de 2022 pela controlada JBS SA.

14.2 Provisão a pagar de arrendamento mercantil

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Provisão com arrendamento mercantil	803	-	15.314.967	11.587.928
Ajuste a valor presente	(113)	-	(2.597.628)	(2.155.186)
	690	-	12.717.339	9.432.742
Desmembramento				
Passivo circulante	291	-	2.349.766	1.911.706
Passivo não circulante	399	-	10.367.573	7.521.036
	690	-	12.717.339	9.432.742

Consolidado	31.12.23	Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	Adições	Apropriação de juros	Pagamentos	Contratos encerrados	Variação cambial	31.12.24
	Provisão com arrendamento mercantil	11.360.804	1.735.695	3.228.122	793.230	(3.012.740)	(836.372)	1.376.355
Ajuste a valor presente	(1.928.062)	-	(5.027)	5.071	-	263	-	(1.927.755)
	9.432.742	1.735.695	3.223.095	798.301	(3.012.740)	(836.109)	1.376.355	12.717.339

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31.12.24	31.12.24
2026	399	2.244.944
2027	-	1.858.332
2028	-	1.425.428
2029	-	1.235.362
2030	-	3.023.408
Vencimentos após 2030	-	4.535.343
Ajuste a valor presente	-	(3.955.244)
	399	10.367.573

15 Intangível

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, carteira de clientes, direitos de exploração, softwares e outros.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso.

O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes e direitos de exploração do uso da água, tem seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

A Companhia considera que certas marcas e patentes possuem vida útil indefinida em virtude do histórico, e da expectativa de uso pela Companhia. As marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições e, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo determinado através de premissas e técnicas de mensuração que são executadas por consultores terceiros que possuem experiência para calcular fluxos de caixa descontados. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:

Vida útil dos ativos intangíveis	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Marcas e patentes	-	-	6.686.372	5.629.213
Marcas e patentes	-	-	1.817.558	1.651.771
Softwares	975	792	243.409	127.210
Direito de exploração do uso da água	-	-	69.985	55.147
Carteira de clientes	-	-	2.527.379	2.353.676
Contrato de suprimentos de fornecedores	-	-	127.242	135.931
Outros intangíveis	-	-	2.800.738	347.671
	975	792	14.272.683	10.300.619

J&F Investimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



15 Intangível - continuação

Movimentação do ativo intangível

Consolidado	31.12.23	Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	Aquisições em combinações de negócios	Adição	Baixas	Transferências	Amortização	Varição Cambial	31.12.24
	Amortizável:								
Marcas e patentes	1.651.771	-	-	3.589	-	-	(155.565)	317.763	1.817.558
Softwares	127.210	34.995	3.942	99.533	(513)	26.497	(50.922)	2.667	243.409
Carteira de clientes	2.353.676	-	-	-	-	-	(388.638)	562.341	2.527.379
Contrato de suprimentos de fornecedores	135.931	-	-	-	-	-	(19.989)	11.300	127.242
Outros intangíveis	347.671	84.200	62.823	132.957	(2.956)	2.257.419	(81.980)	604	2.800.738
Não-amortizável:									
Marcas e patentes	5.629.213	-	-	2.897	-	-	-	1.054.262	6.686.372
Direito de exploração do uso da água	55.147	-	-	1.187	-	-	-	13.651	69.985
	10.300.619	119.195	66.765	240.163	(3.469)	2.283.916	(697.094)	1.962.588	14.272.683

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

Consolidado	31.12.22	Aquisições em combinações de negócios ⁽¹⁾	Adição	Baixas	Amortização	Varição Cambial	31.12.23
	Amortizável:						
Marcas e patentes	1.648.336	-	175.794	-	(120.624)	(51.735)	1.651.771
Softwares	112.741	-	43.669	(2.014)	(26.576)	(610)	127.210
Carteira de clientes	2.868.194	-	11.566	(11.884)	(370.675)	(143.525)	2.353.676
Contrato de suprimentos de fornecedores	159.187	-	-	-	(19.086)	(4.170)	135.931
Outros intangíveis	346.969	-	2.486	(146)	(1.377)	(261)	347.671
Não-amortizável:							
Marcas e patentes	6.239.425	385	1.811	(422.000)	-	(190.408)	5.629.213
Direito de exploração do uso da água	59.205	-	-	-	-	(4.058)	55.147
	11.434.057	385	235.326	(436.044)	(538.338)	(394.767)	10.300.619

⁽¹⁾ Refere-se a aquisição da subsidiária indireta Vyvedas Cosméticos do Brasil Ltda adquirida em 2023, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

Teste para verificação de perda do valor recuperável:

Anualmente, em 31 de dezembro, a Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indícios de impairment.

16 **Ágio**

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. No consolidado refere-se à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fim de teste de *impairment*. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Ágio	Controladora		Consolidado		
	Vida útil	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
	Indefinida	157.404	182.326	34.627.354	30.564.782

Movimentação do Ágio:**Saldo em 31 de dezembro de 2023**Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾Aquisições em combinações de negócios ⁽²⁾Ajuste de combinação de negócio ⁽³⁾

Baixa

Variação Cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2024**Saldo em 31 de dezembro de 2022**

Aquisições em combinações de negócios

Ajuste de combinação de negócio

Variação Cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	182.326	30.564.782
Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	150.521	157.724
Aquisições em combinações de negócios ⁽²⁾	3.694	20.349
Ajuste de combinação de negócio ⁽³⁾	(177.538)	(177.538)
Baixa	(1.599)	(1.599)
Variação Cambial	-	4.063.636
Saldo em 31 de dezembro de 2024	157.404	34.627.354
Saldo em 31 de dezembro de 2022	182.326	31.445.770
Aquisições em combinações de negócios	-	(2.025)
Ajuste de combinação de negócio	-	64.206
Variação Cambial	-	(943.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	182.326	30.564.782

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

⁽²⁾ No consolidado refere-se a aquisições não materiais em combinação de negócios da subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda.

⁽³⁾ Refere-se a provisão de *impairment* realizada para a controlada Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Para o teste de *impairment*, as UGC foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Companhia e suas controladas em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Grupo UGC	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Brasil Bovínos	9.069.926	9.069.926
Outros	7.383.764	6.161.090
USA Suínos	4.300.762	3.362.447
Seara	3.733.147	3.713.132
PPC - Ave in natura ⁽¹⁾	2.485.564	-
Austrália Smallgoods	1.755.152	1.503.698
PPC - Marcas e Lanches ⁽¹⁾	1.625.051	-
Austrália Meat	1.587.675	1.359.994
PPC - Suíno/Cordeiro in natura ⁽¹⁾	1.254.015	-
PPC - Food Service ⁽¹⁾	1.072.042	-
PPC - Refeições prontas ⁽¹⁾	360.256	-
Moy Park ⁽¹⁾	-	3.764.512
Pilgrim's Food Masters (PFM) ⁽¹⁾	-	1.629.983
Total	34.627.354	30.564.782

⁽¹⁾ Em 1 de julho de 2024, a controlada JBS concluiu efetivamente a reorganização das unidades geradoras de caixa (UGC) Moy Park e Pilgrim's Food Masters, impulsionada por iniciativas de reestruturação em sua subsidiária indireta, Pilgrim's Pride Corporation ("PPC") na Europa. O objetivo dessas atividades é integrar operações principais e realocar capacidades de processamento entre as instalações de produção, resultando no fechamento de algumas instalações na Europa. Como resultado dessa reorganização, a controlada JBS redistribuiu ativos e passivos para as UGCs aplicáveis e alocou o goodwill usando a abordagem de ativos líquidos relativos. As novas UGCs são Suíno/Cordeiro in natura, Ave in natura, Food Service, Refeições prontas e Marcas & Lanches. Em seguida, realizou um teste de *impairment* intermediário nas UGCs, tanto antes quanto depois da reorganização. Não houve reconhecimento de *impairment* no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 como resultado desses testes.

As principais controladas do grupo econômico contrataram empresas especializadas para testar a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indícios de *impairment* do goodwill em nenhum dos grupos de UGC.

A Companhia apresenta abaixo os testes de *impairment* realizados nos principais grupos de UGC:

	31 de dezembro de 2024		
	Taxa de desconto (antes dos impostos)	Taxa de crescimento na perpetuidade	Crescimento estimado do ano (média para 5 anos)
Brasil Bovínos	14,4%	3,6%	6,2%
Seara	16,1%	3,6%	14,1%
USA Suínos	9,5%	2,5%	1,5%
Austrália Smallgoods	8,4%	2,0%	8,8%
Austrália Meat	8,4%	2,0%	2,3%
PPC - Ave in natura	14,5%	2,0%	10,6%
PPC - Marcas e Lanches	14,6%	2,0%	6,1%
PPC - Suíno/Cordeiro in natura	14,7%	2,0%	4,7%
PPC - Food Service	14,8%	2,0%	2,8%
PPC - Refeições prontas	14,9%	2,0%	3,4%

31 de dezembro de 2023

	Taxa de desconto (antes dos impostos)	Taxa de crescimento na perpetuidade	Crescimento estimado do ano (média para 5 anos)
Brasil Bovinos	13,5%	3,5%	7,2%
Seara	15,8%	3,3%	13,2%
USA Suínos	9,8%	2,5%	2,8%
Moy Park	14,0%	2,0%	7,4%
Pilgrim's Food Masters (PFM)	13,0%	2,7%	6,3%
Austrália Smallgoods	9,0%	2,0%	8,6%
Austrália Meat	9,1%	2,0%	2,3%

Operação	Receita	Metodologia de projeção
Brasil Bovinos	Vendas da operação de carne bovina no Brasil.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas especialmente gado e fretes internacionais.
Seara	Vendas de operação de carne suína, carne de frango e alimentos preparados.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas primárias e fretes internacionais.
USA Suínos	Vendas da operação de carne suína.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.
Austrália Smallgoods	Vendas da Primo Foods Pty Ltd e operações relacionadas.	Desempenho histórico e as tendências dos preços de suínos.
Austrália Meat	Vendas da operação de carne bovina.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.
PPC - Ave in natura	Vendas da operação de frango fresco.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.
PPC - Marcas e Lanches	Vendas das operações de alimentos de marca e snacks.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.
PPC - Suíno/Cordeiro in natura	Vendas das operações de carne suína, carne de cordeiro e produtos de valor agregado.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.
PPC - Food Service	Vendas das operações de serviço de alimentação.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.
PPC - Refeições prontas	Vendas das operações refeições congeladas.	Desempenho histórico e as tendências dos preços das matérias-primas.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Mercado Interno				
Commodities	-	-	12.145.523	8.574.001
Materiais e serviços	90.987	23.525	20.764.483	16.101.136
Produtos acabados	-	-	547.788	223.461
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(134.401)	(159.576)
	90.987	23.525	33.323.393	24.739.022
Mercado Externo				
Commodities	-	-	126.058	151.795
Materiais e serviços	-	-	1.755.518	1.617.044
Produtos acabados	-	-	10.076	9.582
	-	-	1.891.652	1.778.421
Total de fornecedores	90.987	23.525	35.215.045	26.517.443
Risco sacado ⁽¹⁾				
Mercado Interno	-	-	4.457.624	4.502.996
Mercado Externo	-	-	60.847	37.386
	-	-	4.518.471	4.540.382
Total	90.987	23.525	39.733.516	31.057.825

⁽¹⁾ Refere-se às controladas JBS e Flora e suas subsidiárias, cujo os montantes em 31 de dezembro de 2024 são R\$ 4.512.390 e R\$ 6.081 (R\$ 4.525.158 e R\$ 15.224 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente.

Risco sacado

A controlada JBS S.A e suas subsidiárias realizam operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no mercado interno. Ressalta-se que, além de uma flexibilização de prazos, não houve qualquer alteração operacional ou comercial no processo. Adicionalmente, essa transação não impacta os preços praticados pelos fornecedores, que permanecem inalterados em relação aos valores anteriores à operação.

O acordo tem como principal objetivo otimizar o processamento de pagamentos e viabilizar a antecipação de recebíveis aos fornecedores participantes, em relação à data de vencimento original da fatura. Para a Companhia, essa operação não resulta em uma extensão significativa dos prazos de pagamento em comparação aos termos previamente acordados com fornecedores não participantes, mas oferece aos interessados a vantagem do recebimento antecipado. Além disso, a Companhia não incorre em juros adicionais sobre os valores devidos. Assim, os montantes envolvidos na transação são registrados como contas a pagar, mantendo a mesma natureza e função das demais obrigações da Companhia, sendo classificados como passivos circulantes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Compromisso de compra para entrega futura

A controlada JBS possui compromissos de compra de gado para entrega futura firmados com determinados fornecedores, incluindo a parte relacionada JBJ, garantindo a aquisição de gado por um preço fixo, ou a fixar, sem que haja efeito caixa até a entrega do gado e vencimento da operação. Com base neste contrato de entrega futura, esses fornecedores já fazem antecipação junto aos bancos dessa operação na modalidade risco sacado. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessa transação era de R\$365.328 (R\$358.139 em 31 de dezembro de 2023), essa operação é registrada desde sua origem como Fornecedores risco sacado.

A controlada Flora firmou parceria com alguns de seus bancos parceiros para oferecer aos seus principais fornecedores a operação de antecipação de recebíveis por meio dessas instituições. Nessa operação os fornecedores fazem a cessão do direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca da antecipação do recebimento do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o detentor do direito ao crédito da operação, e a Flora efetua a liquidação do título na mesma data originalmente firmada com seu fornecedor. Essa modalidade de operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente firmados com o fornecedor.

18 Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de juros e variações cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Controladora			
					Circulante		Não circulante	
					31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Em moeda nacional								
Capital de giro - Reais	15,80%	BRL	CDI	2025 - 2029	2.830.622	2.936.400	4.574.309	4.460.597
					<u>2.830.622</u>	<u>2.936.400</u>	<u>4.574.309</u>	<u>4.460.597</u>
Consolidado								
Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto.	Consolidado			
					Circulante		Não circulante	
					31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Em moeda estrangeira								
ACC ⁽¹⁾	7,19%	USD	SOFR	2025 - 26	10.184.018	2.376.530	590.556	348.574
NCE - Nota de crédito de exportação	7,72%	USD	-	2025	771.236	70.757	-	138.340
PPE - Pré pagamento de exportação	8,12%	USD	SOFR	2025 - 29	743.822	8.786	1.512.929	161.605
Pré-pagamento	5,69%	USD	SOFR	2025 - 27	621.064	26.776	-	844.059
Capital de giro - Dólares Americanos	6,39%	USD	-	2027 - 44	247.854	148.175	692.301	448.076
CCE - Cédula de crédito de exportação	8,55%	USD	-	2026 - 28	27.054	20.751	24.313	39.733
Outros					22.199	-	10.471	-
CRA ⁽²⁾	5,36%	USD	-	2029	4.452	2.139	403.669	186.218
FINIMP	6,03%	USD, EUR	Euribor	2025	3.803	151.490	-	3.131
Linha de crédito - White Stripe	8,45%	USD, CAD	-	-	-	14.001	-	-
Linha de crédito - Scott Technology	2,20%	USD	-	2030	-	-	-	8.787
CCB - Cédula de crédito bancário	4,50%	Yuan Renminbi Chinês (¥)	-	2026	-	-	94.712	-
					<u>12.625.502</u>	<u>2.819.405</u>	<u>3.328.951</u>	<u>2.178.523</u>
Em moeda nacional								
Capital de giro - Reais	15,82%	BRL	CDI e TJLP	2025 - 29	3.055.298	3.562.325	5.270.961	4.939.582
Custeio Pecuário - Pré	11,01%	BRL	-	2025	2.114.627	1.176.088	-	-
Notas comerciais	7,59%	BRL	CDI	2025 - 28	1.257.346	220.055	287.000	403.113
Outros	6,40%	Diversos	Diversos	-	271.134	44.052	891.839	53.318
Notas 5,50% JBS Lux 2030 ⁽³⁾	5,50%	USD	-	2030	193.893	154.486	7.686.458	6.002.878
Notas 6,25% PPC 2033	6,25%	USD	-	2033	187.534	212.649	5.981.767	4.763.926
Notas 6,75% JBS Lux 2034 ⁽³⁾	6,75%	USD	-	2034	186.190	149.596	9.200.252	7.630.203
Notas 5,75% JBS Lux 2033 ⁽³⁾	5,75%	USD	-	2033	146.268	142.668	10.070.326	9.687.901
Capital de giro - Euros	3,78%	EUR	Euribor	2025 - 28	134.921	83.507	53.776	49.314
Debêntures	14,73%	BRL	CDI	2025 - 28	124.372	126	827.187	178.767
Notas 5,13% JBS Lux 2028 ⁽³⁾	5,13%	USD	-	2028	118.180	93.045	5.506.738	4.291.318
Notas 4,38% JBS Lux 2052 ⁽³⁾	4,38%	USD	-	2052	100.241	78.957	5.496.848	4.295.380
Notas 3,63% JBS Lux 2032 ⁽³⁾	3,63%	USD	-	2032	99.671	80.990	5.917.027	4.766.124
CRA ⁽²⁾	7,02%	BRL	CDI e IPCA	2025 - 37	94.595	838.892	8.274.230	9.890.809
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	16,08%	BRL	-	2026 - 29	94.427	121.985	57.395	72.778
Notas 2,50% JBS Lux 2027 ⁽³⁾	2,50%	USD	-	2027	70.951	55.878	6.132.352	4.774.587
Notas 3,50% PPC 2032	3,50%	USD	-	2032	64.480	50.834	5.525.098	4.314.489
Notas 6,50% JBS Lux 2052 ⁽³⁾	6,50%	USD	-	2052	50.195	40.648	9.450.062	7.394.040
Notas 7,25% JBS Lux 2053 ⁽³⁾	7,25%	USD	-	2053	49.774	90.382	5.469.144	4.275.904
Notas 4,25% PPC 2031	4,25%	USD	-	2031	46.919	43.436	5.227.558	4.765.795
Notas 3,00% JBS Lux 2029 ⁽³⁾	3,00%	USD	-	2029	45.817	36.106	3.646.397	2.838.018
Notas 6,88% PPC 2034	6,88%	USD	-	2034	26.014	36.983	3.009.940	2.345.983
Notas 3,00% JBS Lux 2032 ⁽³⁾	3,00%	USD	-	2032	23.221	18.557	6.084.987	4.746.125
Nota de crédito - exportação	13,94%	BRL	CDI	2025 - 30	15.512	14.103	37.136	1.039.597
PPE - Pré pagamento de exportação	10,96%	BRL	-	-	14.593	265.814	-	290.478
Notas 3,75% JBS Lux 2031 ⁽³⁾	3,75%	USD	-	2031	9.220	7.567	3.027.942	2.398.080
Notas 6,50% JBS Lux 2029 ⁽³⁾	6,50%	USD	-	2029	5.784	5.248	432.483	377.065
FGI ⁽⁴⁾	18,02%	BRL	-	2026	302	545	327	615
FINAME ⁽⁵⁾	7,43%	BRL	-	2025 - 29	207	2.385	7.700	27
Linha de crédito - Scott Technology	7,69%	USD, EUR	-	2025	-	97.247	-	2.561
Linha de crédito - Beardstown Pace	3,65%	USD	-	2050	-	32.383	-	313.232
Acordo Confinamento JBS Austrália	2,76%	AUD	-	2028	-	4.807	-	164.861
					<u>8.601.686</u>	<u>7.762.344</u>	<u>113.572.930</u>	<u>97.066.868</u>
					<u>21.227.188</u>	<u>10.581.749</u>	<u>116.901.881</u>	<u>99.245.391</u>

⁽¹⁾ Adiantamento de contrato de câmbio

⁽²⁾ Certificado de Recebíveis do Agronegócio

⁽³⁾ Em 25 de outubro de 2024, diante da declaração da efetividade pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, SEC, a controlada JBS lançou a abertura do período para aceitação da Oferta de Troca das 13 séries existentes de títulos de dívida ("Bonds Antigos"), não registrados na SEC, por novos títulos de dívidas registrados ("Novos Bonds").

⁽⁴⁾ Fundo Garantidor para Investimentos

⁽⁵⁾ Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.

Taxa Média Anual: Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, EURIBOR, SOFR, IPCS, TJLP, entre outros.

Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários: De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 48 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
2025	-	1.964.515	-	3.824.915
2026	3.434.570	2.284.652	6.800.486	2.847.779
2027	733.818	211.430	7.957.406	6.379.428
2028	329.105	-	7.433.170	5.701.126
2029	76.816	-	4.562.428	191.405
2030	-	-	8.543.786	-
Vencimentos após 2030	-	-	81.604.605	80.300.738
	4.574.309	4.460.597	116.901.881	99.245.391

Restrições contratuais e covenants - Controladora

A Companhia possui cláusulas de covenants em seus contratos de empréstimos e notas promissórias que seguem os padrões de mercado. A Companhia declara que estava em conformidade com todas essas cláusulas em 31 de dezembro de 2024 e continua em conformidade até a data de aprovação destas demonstrações contábeis.

18.1 Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Saldo inicial:	7.396.997	6.548.297	109.827.140	101.554.409
Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	-	-	2.622.973	-
Fluxos de caixa	(947.897)	(338.377)	(7.255.115)	6.761.671
Despesas financeiras	955.831	1.187.077	32.473.113	1.163.105
Transações não caixa	-	-	460.958	347.955
Saldo final:	7.404.931	7.396.997	138.129.069	109.827.140

⁽¹⁾ Refere-se a transferência dos valores classificados como ativos disponíveis para venda até o exercício de 2023 (nota 10).

19 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Salários e encargos sociais	3.168	2.229	3.830.058	2.466.306
Provisões para férias, 13º salário e encargos	5.944	5.118	5.138.219	3.620.484
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	3.882.798	646.773
PIS e COFINS a recolher	15.823	62.072	164.469	238.023
Parcelamentos fiscais	15.770	-	2.680.088	2.971.039
Outros	9.067	13.917	956.274	816.220
	49.772	83.336	16.651.906	10.758.845
Desmembramento:				
Passivo circulante	38.854	83.336	11.827.678	7.769.685
Passivo não circulante	10.918	-	4.824.228	2.989.160
	49.772	83.336	16.651.906	10.758.845

Parcelamentos trabalhistas e sociais: Em dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão favorável a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 4.395) declarou inconstitucional a sub-rogação da cobrança das contribuições previdenciárias referentes ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) aos frigoríficos, empresas consumidoras, consignatárias ou cooperativas adquirentes da produção. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada JBS e suas subsidiárias possuem registrado na rubrica de "Parcelamentos de encargos sociais" a provisão no montante de R\$1,49 bilhão (R\$1,71 bilhão em 31 de dezembro de 2023), relativo aos parcelamentos FUNRURAL. Em 31 de dezembro de 2024, liquidaram parcelamento em caixa e compensaram com saldo de imposto a recuperar no montante total de R\$1,56 bilhão (R\$1,22 bilhão em 31 de dezembro de 2023). A Companhia segue aguardando a aprovação da ata de julgamento que irá proclamar o resultado, bem como eventual modulação de efeitos pelo STF que definirá o período para o qual a decisão produzirá efeitos.

20 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, até o limite do dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo por representar obrigação legal prevista no estatuto da Companhia, conforme a Lei nº 6.404/76. A distribuição de juros sobre o capital próprio (JSCP), por se tratar de forma facultativa de remuneração aos acionistas, é registrada como passivo apenas após sua deliberação pela Administração e, quando aplicável, aprovação pela Assembleia Geral.

Controladas	Natureza	Ano	Controladora	
			31.12.24	31.12.23
JBS	Dividendos a receber	2024	522.225	-
Eldorado Brasil Celulose	Dividendos a receber	2024	138.860	-
Flora H&L	JSCP a receber	2024	31.800	-
Flora H&L	JSCP a receber	2023	21.720	21.720
TOTAL ATIVO			714.605	21.720
Controladas	Natureza	Ano	Consolidado	
			31.12.24	31.12.23
JBS	Dividendos a pagar	2024	(1.146.626)	-
Eldorado Brasil Celulose	Dividendos a pagar	2024	(135.627)	-
Flora H&L	JSCP a pagar	2024	(8.070)	-
Flora H&L	JSCP a pagar	2023	(7.293)	(9.604)
JBS	Dividendos a pagar	2023	(1.804)	(1.804)
JBS	Dividendos a pagar	2022	(42)	(42)
J&F Investimentos	Dividendos a pagar	2021	-	(963.382)
JBS	Dividendos a pagar	2021	(61)	(61)
JBS	Dividendos a pagar	Residual 2019 e 2020	-	(31)
TOTAL PASSIVO			(1.299.523)	(974.924)

21 Compromissos com terceiros para investimentos

São reconhecidos nessa linha os passivos relacionados a aquisição de unidades industriais, imóveis, fazendas e/ou passivos decorrentes de aquisição de empresas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário, é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos.

Empresa	Descrição das aquisições	Consolidado	
		31.12.24	31.12.23
Âmbar Energia	- Âmbar Uruguiana (1)	44.017	41.316
	- Centrais Elétricas e Itaguaí (2)	240.273	267.273
Flora H&L	- Tróia S.A	9.639	13.338
Total		293.929	321.927
Desmembramento:			
Passivo circulante		243.753	68.784
Passivo não circulante		50.176	253.143
		293.929	321.927

(1) A controlada Âmbar Energia, através de sua incorporada Âmbar Comercializadora de Gás adquiriu a empresa Âmbar Uruguiana S.A. pelo montante de R\$ 69.148, sendo R\$ 44.000 a pagar para a Brasileira Participações S.A., que está vinculado a geração de energia da usina Uruguiana. O valor está atualizado pelo IGPM até o vencimento, em dezembro de 2026.

(2) A aquisição das Centrais Elétricas e Itaguaí Energia Ltda. adquirida da Evolution Power Partnes S.A. foi realizada pelo montante total de R\$ 344.000 a ser pago em 44 parcelas mensais e sucessivas atualizadas por IPCA. Em 07 de janeiro de 2025, houve a celebração do primeiro aditivo contratual, que tratou do Saldo do Preço de Aquisição, definindo os seguintes valores a serem pagos à Evolution Power Partners S.A.: (i) R\$ 260.000, que serão pagos da seguinte forma: R\$130.000 em 10 de janeiro de 2025 ("Primeira Parcela"); e R\$130.000, acrescido da Atualização Monetária, em 10 de janeiro de 2026 ("Segunda Parcela"); e (ii) R\$130.000, acrescido da Atualização Monetária, que será devido e exigível no caso de consumação do Evento de Antecipação (operação das usinas). Até 31 de dezembro de 2024, Companhia já havia realizado o pagamento de R\$ 110.000, considerando que em janeiro de 2025 realizou o pagamento de mais R\$ 130.000 referente a "Primeira Parcela" do Termo Aditivo, e que ainda realizará o pagamento do valor de R\$ 130.000 até janeiro de 2026 (Segunda parcela), o total da operação passou a ser R\$ 370.000 (sem considerar o evento de antecipação).

22 Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior são tributadas conforme a legislação fiscal vigente em cada país. A Companhia analisa os resultados de cada subsidiária para a aplicação de sua legislação de imposto de renda, a fim de respeitar os tratados firmados pelo Brasil e evitar a bitributação.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos.

A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada período e em cada país onde a Companhia opera. A Administração avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Em conformidade com a interpretação técnica CPC/IFRIC23, a Administração avaliou as decisões tributárias relevantes, verificando eventuais divergências em relação às posições fiscais adotadas pela companhia. Com base nessa análise, e considerando pareceres jurídicos e jurisprudência aplicável, a controlada JBS reconheceu uma provisão no montante de R\$ 4.714.311, referente a divergência de posicionamento sobre a tributação de lucro de coligadas no exterior em países com tratados internacionais registrada e reduzindo a rubrica de impostos a recuperar, refletindo a eventual possibilidade de realização futura desses valores.

A Companhia revisa periodicamente a suas posições fiscais em que há incertezas quanto ao tratamento tributário aplicado e, sempre que necessário, ajusta a provisão em conformidade com mudanças no ambiente regulatório e jurisprudencial vigente.

Impostos diferidos

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Na Companhia, os cálculos de impostos referem-se a incertezas fiscais conhecidas devido a julgamentos utilizados para calcular passivos fiscais na aplicação de regulamentos tributários complexos, que estão em constante evolução nas jurisdições fiscais onde opera. Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, e de suas controladas, quando aplicável.

Alterações em leis e alíquotas tributárias podem afetar os ativos e passivos fiscais diferidos registrados no futuro. A Administração não acredita que haja uma probabilidade razoável de que haverá uma alteração material nos saldos reconhecidos, porém, no encerramento do exercício fiscal, a apuração pode resultar em um pagamento que seja significativamente diferente da estimativa atual dos passivos fiscais ou uma mudança na alíquota efetiva nas demonstrações contábeis, devido à complexidade destas incertezas fiscais. Um acordo legal desfavorável à Companhia exigiria uma saída de caixa e poderia resultar em aumento na alíquota efetiva na apuração; um acordo legal favorável pode resultar em uma redução da alíquota efetiva na apuração.

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas (e leis) efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do período corrente e espera-se que sejam aplicados quando imposto diferido ativo seja realizado ou o imposto diferido passivo seja liquidado.

As despesas de impostos diferidos sobre amortização do ágio são registradas somente no momento em que houver amortização fiscal do ágio na apuração.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	-	-	4.999.281	4.086.478
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(217.512)	(223.071)	(7.986.658)	(6.978.753)
	(217.512)	(223.071)	(2.987.377)	(2.892.275)

a. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

a1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			
	31.12.23	Reconhecimento no resultado	Demais Ajustes	31.12.24
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	-	18.146	(18.146)	-
Realização Reserva de Reavaliação	(68.107)	1.024	-	(67.083)
Demais diferenças temporárias	(154.964)	2.879	1.656	(150.429)
Total líquido	(223.071)	22.049	(16.490)	(217.512)

	Consolidado				
	31.12.23	Reconhecido no Resultado	Varição Cambial	Demais Ajustes (1)	31.12.24
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	4.294.840	381.639	279.045	507.200	5.462.724
Perda Estimada de Crédito em Liquidação Duvidosa	185.584	52.015	26.737	3	264.339
Provisão para Contingência	627.803	(51.722)	28.248	1.146	605.475
Ajuste a Valor Presente - Clientes	37.024	(909)	-	(37.024)	(909)
Valorização de Estoques - Subsidiárias no exterior	(1.002.560)	388.885	(185.510)	282.087	(517.098)
Créditos Tributários - Subsidiárias no exterior	114.666	(86.769)	26.585	-	54.482
Provisão Seguros Acidente de Trabalho - Subsidiárias no exterior	38.377	6.795	10.338	-	55.510
Plano de Pensão - Subsidiárias no exterior	57.882	(43.800)	6.645	(856)	19.871
Provisão de Contas a Pagar - Subsidiárias no exterior	1.118.141	132.902	295.895	226	1.547.164
Parcela de juros não dedutíveis - Reforma tributária EUA	1.026.154	377.299	327.740	-	1.731.193
Direito de uso de arrendamento mercantil	123.053	(241.954)	13.543	217	(105.141)
Demais Diferenças Temporárias Ativas	129.845	165.127	6.026	180.491	481.489
Amortização de Ágio	(4.158.194)	(244.471)	(135.657)	34.187	(4.504.135)
Ajuste a Valor Presente - Fornecedores	(29.359)	-	-	29.359	-
Combinações de Negócios	(2.201.726)	(162.276)	(580.868)	-	(2.944.870)
Realização Reserva de Reavaliação / Deemed Cost	(631.711)	15.249	-	606	(615.856)
Alienação Operações Mercosul	(154.963)	7.380	-	1.655	(145.928)
Depreciação/amortização acelerada	(2.489.809)	129.115	(664.727)	(913.835)	(3.939.256)
Ajuste Cut-Off (Reconhecimento de receita)	-	91.599	-	2.982	94.581
Demais Diferenças Temporárias Passivas	22.679	290.056	(113.294)	(730.453)	(531.012)
Total líquido	(2.892.275)	1.206.160	(659.254)	(642.009)	(2.987.377)

(1) Variações nas contas patrimoniais de impostos diferidos que não afetam diretamente as contas de resultado são demonstradas em uma coluna específica nas notas explicativas. Tais ajustes se referem principalmente a impostos diferidos sobre operações de Hedge de Fluxo de Caixa registrados em outros resultados abrangentes e Liquidação de transação com a Receita Federal do Brasil com diferidos de prejuízo fiscal e base negativa, valores referente a incorporação da Avetec e benefícios a empregados, realizadas pela subsidiária Seara Alimentos, ao plano de pensão nos Estados Unidos da América e ao saldo inicial de impostos diferidos da Eldorado que não foi consolidada nas demonstrações financeiras de 2023.

a2. Expectativa de realização do IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias serão realizados à medida que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais esses ativos fiscais diferidos poderão ser utilizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Companhia acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados.

b. Reconciliação da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes da tributação	9.803.855	(1.105.086)	20.357.313	(682.010)
Alíquota nominal	34 %	34 %	34 %	34 %
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.333.311)	375.729	(6.921.486)	231.868
Ajustes do imposto de renda e contribuição social				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.016.680	740.483	(1.514)	698.822
Prejuízos Fiscais de Anos Anteriores	18.146	-	18.506	1.449
Subvenções para Investimento (1)	-	-	1.105.359	2.326.915
Diferença de Alíquotas sobre Resultados de Controladas no Exterior	-	-	972.578	(42.507)
Efeito Líquido - Lucros Auferidos no Exterior (2)	-	-	(1.199.052)	(1.034.761)
Ajustes de Preço de Transferência	-	-	(1.173)	(61.059)
Imposto Diferido não Constituído (3)	2.344.965	(431.980)	1.816.840	(2.591.994)
Juros não Tributados - Subsidiárias no exterior	-	-	(3.745)	700.336
Programa Fazer o Bem Faz Bem	-	-	(3.689)	(37.757)
Juros SELIC sobre créditos fiscais	584	1.448	150.258	33.908
Lei do Bem	-	-	24.195	-
Outras Diferenças Permanentes	(25.015)	(684.600)	73.759	321.406
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.049	1.080	(3.969.164)	546.626
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(5.175.323)	(435.102)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.049	1.080	1.206.159	981.728
	22.049	1.080	(3.969.164)	546.626
Percentual de IR/CS sobre LAIR	0,22%	(0,10)%	(19,50)%	(80,15)%

De acordo com o IAS 12/CPC 32, a alíquota média efetiva é calculada pela razão entre a despesa (receita) tributária e o lucro contábil. No entanto, é importante destacar que essa alíquota pode ser influenciada por operações que impactam a despesa (receita) tributária, mas que não possuem relação direta com o lucro líquido do período. Exemplos dessas operações incluem os efeitos dos impostos diferidos não constituídos, imposto de renda e a contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação. Em nosso entendimento, essas informações devem ser consideradas para a análise da alíquota efetiva. No consolidado ainda deve ser considerado que estão sendo somados as empresas com lucro e prejuízo e comparado com as despesas de impostos.

⁽¹⁾ A Companhia, na qualidade de controladora, observa que suas controladas e coligadas têm se beneficiado de subvenções concedidas por governos estaduais, na forma de créditos presumidos de ICMS, conforme previsto nos regulamentos específicos de cada unidade federativa. Tais incentivos fiscais, quando apropriados como receita pelas respectivas sociedades, são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, desde que atendidos os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

⁽²⁾ De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das controladas no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34%, e o imposto pago no exterior por essas controladas poderá ser creditado no Brasil. Os resultados obtidos de controladas no exterior estão sujeitos à tributação pelos países onde estão sediadas, de acordo com as alíquotas e legislações aplicáveis (lucros tributados por jurisdições estrangeiras incluídos na reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social). A Companhia analisa os resultados de cada subsidiária para a aplicação de sua legislação de imposto de renda, a fim de respeitar os tratados firmados pelo Brasil e evitar a bitributação.

⁽³⁾ A Companhia reverteu R\$ 9,7 bilhões em provisão de contingência relacionada ao Acordo de Leniência, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 02. Não houve reversão de imposto diferido, pois, na constituição da provisão, o diferido não foi reconhecido devido à ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros.

Imposto Mínimo Global:

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional composta por 38 países membros que trabalham juntos para estabelecer padrões internacionais e desenvolver soluções para vários desafios sociais, econômicos e ambientais. Essas soluções vão desde a melhoria do desempenho econômico e da criação de empregos até a promoção de uma educação de qualidade e o combate à evasão fiscal internacional.

Com relação ao combate à evasão fiscal, o projeto Base Erosion and Profit Shifting (BEPS) foi lançado em 2013 como uma colaboração entre o G20 (um grupo das 20 maiores economias do mundo) e a OCDE. O projeto visa implementar 15 medidas para combater a evasão fiscal, melhorar a consistência das regras tributárias internacionais e garantir um ambiente tributário global mais transparente. Ele busca evitar o uso indevido de regulamentações tributárias que resultem na erosão da base tributária, principalmente por meio da transferência de lucros para jurisdições mais favoráveis ou sem tributação.

O Pilar II faz parte de uma das iniciativas mais recentes da OCDE, conhecida como BEPS 2.0, que visa abordar os desafios fiscais decorrentes da evolução dos modelos de negócios em uma economia globalizada. O objetivo do Pilar II é estabelecer um sistema tributário mínimo global para empresas multinacionais (MNEs) com receita consolidada anual superior a 750 milhões de euros. Essa tributação adicional busca equilibrar a alocação global de impostos sobre a renda corporativa e garantir que os grupos multinacionais paguem uma alíquota tributária efetiva mínima de 15% por jurisdição onde operam.

A partir do ano-calendário de 2024, as regras do Pilar II entraram em vigor em várias jurisdições, impactando as empresas multinacionais que operam nesses mercados. Entretanto, durante os três primeiros anos de implementação, foram introduzidas regras de transição (Safe Harbour) para simplificar o cálculo da alíquota tributária efetiva por jurisdição, facilitando a adaptação dos grupos multinacionais às novas exigências. Como o Grupo opera em várias jurisdições que adotaram o imposto mínimo global a partir de 2024, incluindo Austrália, Canadá, França, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Holanda e Reino Unido, a Empresa avaliou o impacto potencial dessas regulamentações. Com base nas avaliações atuais, a Companhia não prevê nenhuma exposição significativa a esse imposto.

Além disso, a Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (Emendas ao IAS 12) quando da sua liberação em 23 de maio de 2023. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para os impactos do imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar 2. A Empresa aplicou a exceção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto adicional e o contabilizará como um imposto corrente, caso seja incorrido.

23 Provisão para riscos processuais

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Companhia utilize de estimativas e premissas referentes às suas contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de naturezas fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Companhia se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Companhia e suas controladas com base na opinião dos consultores legais.

As provisões são reconhecidas no passivo, nas despesas administrativas, e os encargos no resultado financeiro, quando as perdas são consideradas prováveis, ou seja, quando é provável que será necessário um fluxo de saída de recursos, e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

Quando não for provável a existência de uma obrigação presente, a Companhia divulga o passivo contingente, exceto nos casos em que a possibilidade de saída de recursos seja remota, situação em que nenhuma provisão ou divulgação é necessária.

São reconhecidas provisões para os processos com risco provável de perda, conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Fiscais e previdenciários	-	-	479.700	692.099
Trabalhistas	-	2.246	614.378	560.532
Cíveis	-	3.109	2.149.972	1.355.281
Leniência (*)	-	9.461.640	-	9.461.640
Total	-	9.466.995	3.244.050	12.069.552

Movimentação das contingências

	Controladora			
	31.12.23	Adições, baixas e mudança de prognóstico	Atualização Monetária	31.12.24
Trabalhistas	2.246	(2.246)	-	-
Cíveis	3.109	(3.109)	-	-
Leniência (*)	9.461.640	(9.461.640)	-	-
Total	9.466.995	(9.466.995)	-	-

	Controladora		
	31.12.22	Atualização Monetária	31.12.23
Trabalhistas	2.246	-	2.246
Cíveis	3.109	-	3.109
Leniência (*)	9.043.719	417.921	9.461.640
Total	9.049.074	417.921	9.466.995

	Consolidado						
	31.12.23	Transferência de ativos disponíveis para venda ⁽¹⁾	Adições, baixas e mudança de prognóstico	Pagamentos/mudanças de estimativas	Variação Cambial	Atualização Monetária	31.12.24
Fiscais e previdenciários	692.099	9.889	(221.514)	(30.903)	524	29.605	479.700
Trabalhistas	560.532	30.010	396.207	(397.545)	9	25.165	614.378
Cíveis	1.355.281	2.345	1.553.172	(1.112.764)	323.592	28.346	2.149.972
Leniência (*)	9.461.640	-	(9.461.640)	-	-	-	-
Total	12.069.552	42.244	(7.733.775)	(1.541.212)	324.125	83.116	3.244.050

(*) Refere-se à reversão do valor provisionado no passivo contingente referente ao Acordo de Leniência (nota 2).

	Consolidado					
	31.12.22	Adições, baixas e mudança de prognóstico	Pagamentos/mudanças de estimativas	Variação Cambial	Atualização Monetária	31.12.23
Fiscais e previdenciários	590.139	24.427	(3.495)	(240)	81.269	692.100
Trabalhistas	556.499	301.725	(345.907)	(162)	48.376	560.531
Cíveis	1.219.167	698.635	(562.228)	(75.134)	74.841	1.355.281
Leniência (*)	9.043.719	-	-	-	417.921	9.461.640
Total	11.409.524	1.024.787	(911.630)	(75.536)	622.407	12.069.552

(*) Apesar das determinações anteriores e da decisão favorável emitida pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em 19 de julho de 2023, que determinou a redução do Acordo, questionamentos subsequentes de órgãos competentes emergiram sobre tal decisão proferida. Em conformidade com os procedimentos técnicos especificados no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconheceu como passivo contingente a diferença entre o aditamento do Acordo e o Acordo inicial.

Consolidado:

Controlada **Âmbar**

a. Processos cíveis

Refere-se ao pedido de reconsideração realizada pela UEGA, contra decisão proferida pela Diretoria da ANEEL (Despacho n. 4.549/2023) que acolheu o entendimento apresentado na Nota Técnica n. 093/2022-SRG/ANEEL, a qual apontou suposto erro de contabilização nos CVUs aprovados nos ciclos 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022 e determinou a reconhecimento e cobrança das diferenças (Processo ANEEL nº 48500.000286/2015-11) no montante de R\$ 7.969 que atualizado somava R\$ 9.675 na data base de 30.06.2024. Alegou-se que os custos fixos homologados consideraram referencial de remuneração de capital equivocado, já que deveria ser adotado para isso o WACC regulatório (taxa de remuneração de capital prevista no Submódulo 12.3 do PRORET para termoeletricitricas contratadas). A UEGA adotou a taxa de remuneração de capital da controlada Âmbar, revisada por consultoria externa ante a ausência de regulação para as usinas "merchants". Considerando o andamento do processo, os assessores legais da controlada reclassificaram esse processo com probabilidade de perda possível, dessa forma, em setembro de 2024 foi estornada a provisão contábil.

b. Processos fiscais

A controlada Âmbar obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 1.937 destes impostos na contabilidade até o trânsito em julgado do processo, com atualização pela taxa Selic.

Controlada **LHG Mining**

a. Processos cíveis

A controlada LHG Mining possui passivos contingentes adquiridos na combinação de negócios no montante R\$ 17.699 de processos cíveis (R\$ 18.762 em 31 de dezembro de 2023), cuja expectativa de perda é classificada como possível. A controlada LHG Mining Corumbá é ré em um processo de ação monitoria que compõe parte relevante do saldo provisionado de processos cíveis do consolidado, que totalizam R\$ 39.114 (R\$ 39.794 em 31 de dezembro de 2023).

b. Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de processos fiscais e regulatórios provisionados são de R\$ 14.936 na controladora (R\$ 15.055 em 31 de dezembro de 2023), referente aos passivos contingentes adquiridos e R\$ 17.448 no consolidado (R\$ 18.107 em 31 de dezembro de 2023). A controlada LHG Mining Corumbá é ré em um processo de execução fiscal movido pelo Estado do Mato Grosso do Sul que compõe parte relevante do saldo dos processos com o risco provável.

b. Processos trabalhistas

A Empresa não possuía processos com risco provável em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 712 em 31 de dezembro de 2023). As suas controladas possuíam 211 processos trabalhistas com valores classificados com o risco provável em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 20.887 (R\$ 24.542 em 31 de dezembro de 2023).

Controlada **JBS**

a. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total da provisão era de R\$ 539.192 (R\$ 522.569 em 31 de dezembro de 2023). A perda potencial associada a esses processos, avaliada com o apoio de consultores jurídicos, é considerada provável. Os processos individualmente são de valores baixos, e são movidos por ex-funcionários, e os principais pedidos referem-se aos pagamentos de horas extras, indenizações por exposição a riscos à saúde, tempo de deslocamento, acidentes de trabalho e doença ocupacional.

b. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total da provisão nas demonstrações contábeis consolidadas era de R\$ 370.274 (R\$ 355.844 em 31 de dezembro de 2023). A perda potencial associada a esses processos, com base na avaliação realizada pelos assessores jurídicos, é considerada provável. A maior parte das ações consistem em processos individuais de baixo valor, principalmente relacionados a indenizações por dano moral coletivo, dano moral decorrente de protestos indevidos, reparação de danos com integrados, reclamações envolvendo marcas industriais ou comerciais, e contratos de consumo ligados à qualidade de produtos.

c. Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total da provisão classificada como provável era de R\$ 424.269 (R\$ 643.924 em 31 de dezembro de 2023), sendo que nenhuma das ações é individualmente significativa. A maioria dessas ações está relacionada a questões tributárias no Brasil, envolvendo tributos como ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS/COFINS (Contribuição para Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Controlada JBS USA

a. Processos cíveis

a1. Antitruste Frango

Desde o exercício de 2016, diversas ações coletivas federais foram movidas contra a subsidiária indireta PPC e outros réus por e em nome de compradores diretos e indiretos de frangos de corte alegando violações a leis federais antitruste e de leis que versam sobre concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais não usuais, e leis de proteção ao consumidor na venda de carne frango ("Broiler Antitrust Litigation"). Ainda, entre 2017 e 2021, foram registradas diversas ações diretas por entidades individuais de compradores diretos nomeando a PPC como ré, alegando em sua maioria, as mesmas reclamações das ações coletivas. Até o momento, a Companhia reconheceu despesas de US\$ 582,4 milhões (equivalente R\$ 3,6 bilhões), incluindo um complemento de US\$ 45,0 milhões (equivalente R\$ 278.654) em 31 de dezembro de 2024, para cobrir os acordos com os reclamantes "Broiler Opt Outs", e já realizou pagamentos agregados de US\$ 512,2 milhões (equivalente R\$ 3,17 bilhões), dos quais US\$ 13,6 milhões (equivalente R\$ 84.215) foram pagos em 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém uma provisão para esses acordos de US\$ 70,3 milhões (equivalente R\$ 435.319) (US\$ 38,9 milhões (equivalente R\$ 188.327) em 31 de dezembro de 2023). O valor do acordo foi reconhecido como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício.

Em 27 de janeiro de 2017, foi ajuizada uma ação coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Leste de Oklahoma ("Tribunal de Oklahoma") em nome de criadores de frango de corte contra a PPC e outros produtores de frango. A ação alega, entre outras questões, a existência de uma conspiração para restringir a concorrência pelos serviços dos criadores e reduzir os preços pagos a eles. A demanda foi consolidada com outras ações coletivas emendadas subsequentes sob o título "Broiler Chicken Grower Litigation", processo N° CIV-17-033. Em 24 de junho de 2024, um acordo foi firmado no valor de US\$100 milhões (equivalente R\$619.230) e pago integralmente em 28 de outubro de 2024. O valor do acordo foi reconhecido como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício. Em 7 de janeiro de 2025, o tribunal concedeu aprovação final ao acordo e o processo foi encerrado.

a2. Antitruste Porco

Desde o exercício de 2018, diversas ações coletivas em nome de compradores diretos e indiretos de carne suína foram movidas contra a subsidiária indireta JBS USA e outros produtores de suínos, onde os autores alegam violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais não usuais, e leis de proteção ao consumidor na venda de carne suína. Certos autores também instauraram ações diretas. Até o momento, a Companhia reconheceu uma despesa de US\$ 83,7 milhões (equivalente R\$ 518.296) para cobrir os acordos negociados com os reclamantes "Pork Opt Outs" e realizou pagamentos totais de US\$ 59,5 milhões (equivalente R\$ 368.442). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém para esses acordos uma provisão de US\$ 24,2 milhões (equivalente R\$ 149.854) (US\$ 36,7 milhões (equivalente R\$ 177.676) em 31 de dezembro de 2023). Durante o exercício, a JBS Food Company reconheceu uma despesa de US\$ 3,5 milhões (equivalente R\$ 21.673) para acordos negociados com vários "Pork Opt Outs" e pagou US\$ 16,0 milhões (equivalente R\$ 99.077) a "Pork Opt Outs". As despesas foram reconhecidas como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício.

a3. Antitruste Bovino

Desde o exercício de 2019, diversas ações coletivas foram movidas contra as subsidiárias indiretas da JBS USA, e alguns processadores de carne bovina compradores de gado ("Beef Antitrust Litigation"). Os autores alegam violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais não usuais, e leis de proteção ao consumidor na venda de carne bovina. Durante o exercício de 2023, a controlada JBS reconheceu uma provisão no montante total de US\$ 55 milhões (equivalente a R\$ 266.272 em 31 de dezembro de 2023), sob a rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Na Ação Antitruste no Canadá, a controlada JBS USA firmou um acordo para resolver todas as reclamações efetuadas pelos autores, no valor total de US\$ 5,5 milhões (equivalente R\$ 34.058), pagos em 2024. O acordo ainda depende da aprovação final pelo tribunal. Na Ação Antitruste nos EUA, a controlada JBS USA chegou a um acordo com três das classes, totalizando US\$ 161,0 milhões (equivalente R\$ 996.960), dos quais US\$ 83,5 milhões (equivalente R\$ 517.057) (US\$ 21,4 milhões (equivalente R\$ 103.604) em 31 de Dezembro de 2023) ainda não foram pagos. Os acordos da controlada JBS USA com a classe dos compradores diretos e a classe dos compradores comerciais indiretos receberam aprovação final do Tribunal de Minnesota. O acordo da JBS USA com a suposta classe de pecuaristas ainda depende de aprovação judicial. A Companhia continua a se defender contra as classes remanescentes e os demandantes de ações diretas (partes que optaram por não participar dos acordos coletivos, denominados "Beef Opt Outs", porém continuará buscando acordos razoáveis sempre que possível. Durante 2024, a foi registrado uma despesa de US\$ 1,7 milhões (equivalente R\$ 10.527) e pagou US\$ 23,1 milhões (equivalente R\$ 143.042) para cobrir os acordos negociados com os reclamantes "Beef Opt Outs", os quais foram registrados como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício.

a4. Litígios

Em 20 de outubro de 2016, Patrick Hogan, em nome próprio e de uma classe de acionistas específicos da subsidiária indireta JBS USA, moveu uma ação coletiva contra a Companhia. A reclamação alega, que os documentos arquivados junto à Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission - "SEC") continham informações materialmente falsas e enganosas. Em 6 de dezembro de 2024, a Companhia firmou um acordo preliminar de liquidação com a classe no valor de US\$ 41,5 milhões (equivalente R\$ 256.980), que ainda está sujeito à aprovação judicial. Nenhum valor foi pago até o momento e, em 31 de dezembro de 2024, a JBS USA manteve uma provisão de US\$ 41,5 milhões (equivalente R\$ 256.980) para esses acordos. A Companhia reconheceu essas despesas de liquidação como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício.

a5. Ação Coletiva dos Trabalhadores Avícolas

Entre 30 de agosto de 2019 e 16 de outubro de 2019, diversas ações coletivas foram ajuizadas no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito de Maryland ("Tribunal de Maryland") contra a subsidiária indireta JBS USA e outros produtores de frango. Os autores representam uma suposta classe de trabalhadores de produção e manutenção em plantas de processamento de aves ("Classe dos Trabalhadores Avícolas") e alegam que os réus conspiraram para fixar e reduzir os salários pagos a esses trabalhadores, em violação à Lei Sherman Antitrust (Sherman Antitrust Act). A JBS USA firmou um acordo para resolver todas as reclamações apresentadas pela classe dos trabalhadores avícolas, no valor de US\$ 29,0 milhões (equivalente R\$ 179.577), que foi integralmente pago aos demandantes ao longo de 2021. No entanto, o acordo ainda está sujeito à aprovação final do Tribunal de Maryland. As despesas relacionadas a este acordo foram reconhecidas como parte das despesas gerais e administrativas em nossas demonstrações de resultado do exercício de 2021.

a6. Ação Coletiva de Compensação no Tribunal do Colorado

Em 11 de novembro de 2022, uma ação coletiva foi movida contra a JBS USA e outros frigoríficos, no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Colorado ("Tribunal do Colorado"). Os autores alegam que os réus conspiraram para manipular e reduzir os salários pagos aos trabalhadores das plantas de carne suína e bovina, em violação à lei Sherman Act, solicitando indenizações referentes ao período de 1º de janeiro de 2014 até o presente. A JBS USA concordou em liquidar o acordo por US\$ 55,0 milhões (equivalente R\$ 340.577), o qual já recebeu aprovação preliminar do Tribunal do Colorado. A empresa reconheceu essas despesas de liquidação como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício em 2023, permanecendo o valor provisionado em 31 de dezembro de 2024.

a7. Processos Estaduais

Em 1º de setembro de 2020, 22 de fevereiro de 2021 e 28 de outubro de 2021, os Procuradores-Gerais dos estados do Novo México, Alasca e Washington apresentaram ações judiciais contra a JBS USA e outros réus, com base em alegações semelhantes às apresentadas no Broiler Antitrust Litigation. Em 9 de março de 2023, a Companhia firmou um acordo para encerrar todas as reivindicações feitas pelo Estado de Washington, no valor de US\$ 11,0 milhões (equivalente R\$ 68.115), o qual foi pago no segundo trimestre de 2023. Em 24 de junho de 2024, a Companhia firmou um acordo para resolver com o Procurador-Geral do Novo México por US\$ 5,2 milhões (equivalente R\$ 32.200), e esse valor foi pago em 18 de setembro de 2024. Em 3 de julho de 2024, a Companhia entrou em um acordo para resolver com o Procurador-Geral do Alasca por US\$ 1,25 milhão (equivalente R\$ 7.740), e esse valor foi pago em 10 de julho de 2024. Esses acordos foram reconhecidos dentro das despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício.

Em 29 de junho de 2021 e 25 de outubro de 2021, os Procuradores-Gerais do Novo México e do Alasca, respectivamente, ajuizaram ações contra a JBS USA com base em alegações semelhantes às feitas na Pork Antitrust Litigation. Em 16 de outubro de 2024, a Companhia firmou um acordo com o Procurador-Geral do Alasca no valor de US\$ 0,8 milhão (equivalente R\$ 4.954). Esse acordo foi reconhecido como despesas gerais e administrativas nas demonstrações de resultado do exercício e não houve pagamento em 31 de dezembro de 2024.

Divulgação - Passivos Contingentes de perda possível

Com base na opinião dos assessores jurídicos e na avaliação da administração, as contingências listadas abaixo possuem probabilidade de perda classificada como possível. Por essa razão, nenhuma provisão foi registrada.

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações de naturezas tributária, trabalhista e cível no montante de R\$ 41.796.358 em 31 de dezembro de 2024, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Controlada Flora

Processos fiscais e previdenciários

A controlada Flora vem sendo demandada administrativamente e judicialmente pela suposta existência de débitos fiscais, com origem na ausência de recolhimento ou no pagamento parcial de tributos e taxas. A Administração, com fundamento na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a possibilidade de perda é possível, e que as medidas legais já adotadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da controlada Flora, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação as contabilizadas. Os valores aproximados destes supostos débitos somam R\$ 513.498.

Processos Cíveis

A controlada Flora é ré em ações civis de cobrança, excesso de carga, negativação indevida e outras. O valor aproximado destes supostos débitos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 112.512. Com fundamento na opinião de seus assessores legais e na legislação sobre a matéria, a controlada deixou de constituir provisão no que diz respeito a essas ações judiciais devido a classificação de risco ser possível.

Processos Trabalhistas

Adicionalmente, a controlada Flora e suas subsidiárias são partes em outras ações de natureza trabalhista no montante de R\$ 18.509.

Controlada LHG Mining

Principais passivos contingentes

No ano de 2024 a controlada LHG Mining e suas controladas possuíam como risco possível o total de 116 processos trabalhistas (105 processos em 31 de dezembro de 2023), 13 ambientais (16 processos em 31 de dezembro de 2023), 192 cíveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, 13 regulatórios (12 processos em 31 de dezembro de 2023), 16 tributários (19 processos em 31 de dezembro de 2023) e 03 previdenciários (1 processo em 31 de dezembro de 2023), todos em fase de conhecimento e que não representam qualquer tipo de materialização financeira em curto e médio prazo.

Controlada JBS

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.310.234 (R\$ 1.292.840 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a reclamações para as quais as perdas são possíveis (ou seja, não são mais prováveis do que improváveis, mas mais do que remotas). A maioria dessas ações foi movida por ex-funcionários da Empresa, buscando pagamentos de horas extras e compensações relacionadas à exposição a riscos à saúde, tempo de deslocamento, supostos acidentes de trabalho e tempo de recuperação. Não há nenhum valor individualmente significativo no montante total com potencial de perda possível.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 2.073.500 (R\$ 1.961.443 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a processos civis para os quais as perdas são possíveis (ou seja, não são mais prováveis do que improváveis, mas mais do que remotas). A maioria dessas ações está relacionada a indenizações por dano moral coletivo, dano moral por protesto indevido, reparação de danos em parcerias avícolas ou integração suína, cancelamento de reclamações de marcas industriais ou comerciais e contratos de consumo ou qualidade do produto. Com exceção dos processos descritos abaixo, não há processos individualmente relevantes.

Processos fiscais e previdenciários

a1. Lucros no exterior: Entre os anos calendários de 2006 a 2018, a Companhia sofreu autuações originadas por cobranças relativas a tributação sobre lucros auferidos no exterior que supostamente deveriam ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, abrangendo, também, glosas de guias pagas por investidas no exterior, sob argumento de que não poderiam ter sido utilizadas para fins de compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil. As referidas cobranças envolvem, ainda, a imposição de multa de ofício, multa isolada e juros. A Companhia esclarece que grande parte da cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros oriundos no exterior refere-se a lucros oriundos de investidas situadas em jurisdições com as quais o Brasil mantém tratados para evitar dupla tributação. Além disso, parte relevante da cobrança abrange a discussão relativa a requisitos formais exigidos pela fiscalização para fins de consolidação dos resultados no exterior de suas investidas diretas ou indiretas, sendo certo que a Companhia discorda dos critérios aplicados pela fiscalização e apresentou defesa. Para quase a totalidade dos débitos, a Companhia está se defendendo na esfera administrativa e aguarda julgamento. A Administração entende que se considerando os valores atualizados até 31 de dezembro de 2024, para, aproximadamente, R\$ 756.254 (R\$ 699.933 em 31 de dezembro de 2023), há chances remotas de perda e, para o valor aproximado de R\$ 20,6 bilhões (R\$ 11,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023), há chances possíveis de perda. Em conformidade com a interpretação técnica CPC/IFRIC23, a Administração avaliou as decisões tributárias relevantes, verificando eventuais divergências em relação às posições fiscais adotadas pela Companhia. Com base nessa análise, e considerando pareceres jurídicos e jurisprudência aplicável, foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 4,7 bilhões, referente a divergência de posicionamento sobre a tributação de lucro de coligadas no exterior em países com tratados internacionais registrada e reduzindo a rubrica de impostos a recuperar, refletindo a eventual possibilidade de realização futura desses valores.

a2. Lançamentos de impostos decorrentes do acordo de delação: A Companhia teve contra si lavrados autos de infração, referente ao período de 2013 a 2016, com o principal objetivo de cobrar o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre pagamentos relacionados a transações posteriormente incluídas em um acordo de delação. A autuação fiscal baseia-se na suposta ausência de causa para o pagamento ou de identificação do beneficiário do pagamento. A ausência de provisão neste caso é motivada pelo fato de que a identificação do beneficiário do pagamento e a sua causa foram apresentadas à fiscalização e constam no acordo de delação, também respaldado por um laudo técnico independente. O montante da perda considerada possível é de R\$ 932 milhões.

a3. Glosa de Créditos de PIS/COFINS: A Companhia possui processos nos quais se discute o seu direito à apropriação de créditos de PIS e de COFINS no regime não cumulativo. A discussão nestes casos é diversa, passando por questões como a demonstração da essencialidade e relevância daquela despesa para a atividade econômica da Companhia, a compreensão fiscal acerca dos diversos segmentos econômicos que a empresa atua e, ainda, a comprovação documental da efetiva ocorrência das despesas que embasam o direito creditório. A ausência de provisão nestes casos é motivada pelo fato de que os créditos pleiteados possuem lastro documental, o que é ratificado, inclusive, por laudos técnicos independentes. O montante da perda considerada possível é de R\$ 1,8 bilhão.

24 Obrigações para desmobilização de ativos

Referem-se aos custos esperados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. As variações na provisão para obrigações para desmobilização de ativos e as taxas de juros de longo prazo (ao ano, utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão) foram demonstrados a seguir:

Consolidado	31.12.23	Reversão	Remensuração ⁽¹⁾	Liquidações	31.12.24
Obrigações para desmobilização de ativos	71.718	-	42.979	-	114.697
	<u>71.718</u>	<u>-</u>	<u>42.979</u>	<u>-</u>	<u>114.697</u>

Consolidado	31.12.22	Reversão	Remensuração ⁽¹⁾	Liquidações	31.12.23
Obrigações para desmobilização de ativos	228.962	(189.939)	32.695	-	71.718
	<u>228.962</u>	<u>(189.939)</u>	<u>32.695</u>	<u>-</u>	<u>71.718</u>

⁽¹⁾ Em 2023 e 2024, a LHG Mining contratou uma consultoria terceirizada para revisão das estimativas referente a desmobilização de ativos e identificou através dos estudos realizados, a necessidade da remensuração e reversão de saldos.

A subsidiária da controlada LHG Mining, LHG Mining Corumbá utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações da descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações.

A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e a depreciação mensurada na mesma base dos bens a que se refere e reconhecida no resultado do exercício.

O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo livre de risco aplicável ao passivo e registrado contra o resultado do exercício, como despesa financeira e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

As obrigações com desmobilização de ativos "A.R.O" (*Asset retirement obligation*) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado ao longo da vida útil do ativo.

25 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 8.627.982, representado 122.342.554 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 ações ordinárias e 61.152.299 ações preferenciais.

b. Reservas de Capital

b1. Transações de capital

De acordo com o IFRS 10/CPC 36 R3 - Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga, deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

b2. Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

c. Reservas de lucro

c1. Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c2. Reserva Estatutária para Investimento

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c3. Dividendos

Em 28 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos referentes às reservas de lucros, no montante total de R\$ 7,26 bilhões. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia tinha o montante de R\$ 7,12 bilhões registrados na rubrica de outros ativos não circulantes a título de antecipação de dividendos. A Companhia tinha também um passivo registrado na rubrica de dividendos a pagar no valor de R\$ 963 milhões. Em 2024 a Companhia realizou um pagamento adicional de R\$ 1,1bilhão aos acionistas os quais, somados aos valores anteriormente adiantados, liquidaram os dividendos a pagar aos acionistas.

c4. Outros resultados abrangentes

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

26 Receita líquida

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato.

A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

A Companhia segrega sua receita por (i) vendas no mercado interno, (ii) vendas no mercado externo e (iii) informações por segmento:

- (i) Mercado interno referem-se às vendas internas de cada localização geográfica;
- (ii) Mercado externo referem-se às vendas externas de cada localização geográfica;
- (iii) Informações por segmento divulgadas na nota 29.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
RECEITA BRUTA				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	-	4.860	328.944.338	288.217.625
Mercado externo	-	-	117.018.669	94.434.811
Prestação de serviço	-	-	345.654	65.236
	-	4.860	446.308.661	382.717.672
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	-	-	(11.875.365)	(9.014.865)
Impostos sobre as vendas	-	(482)	(5.227.605)	(4.401.560)
	-	(482)	(17.102.970)	(13.416.425)
RECEITA LÍQUIDA	-	4.378	429.205.691	369.301.247

Contratos de venda a preços provisórios – Em seu consolidado a Companhia está exposta ao risco do preço das commodities decorrente da volatilidade dos preços do minério de ferro na controlada LHG Mining e ao risco de flutuação da paridade cambial entre o real (BRL) e o dólar norte-americano (USD) para as receitas futuras provenientes das exportações de celulose da controlada Eldorado Brasil Celulose. O preço de venda desses produtos, podem ser mensurados confiavelmente no período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

27 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui (i) juros sobre empréstimos e custos de captação; (ii) resultado das liquidações diárias dos contratos futuros usados para proteger os ativos e passivos, bem como o valor justo dos instrumentos derivativos demonstrados na nota 32; (iii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iv) ganhos e perdas associadas a operações denominadas em moeda estrangeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resultado financeiro líquido consistia em:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(2.335)	6.404	(787.826)	425.314
Resultado financeiro com derivativos	(947.408)	140.266	(4.207.115)	644.225
Juros Passivos	(1.285.583)	(1.178.444)	(11.169.097)	(10.287.250)
Atualização passivo da leniência	(116.407)	(118.361)	(116.407)	(118.361)
Atualização provisão da leniência	-	(417.921)	-	(417.921)
Atualização provisão da leniência (reversão)	2.987.407	-	2.987.407	-
Juros Ativos	318.238	507.825	2.757.817	2.189.094
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(103.752)	(119.454)	(812.498)	(671.833)
	850.160	(1.179.685)	(11.347.719)	(8.236.732)
Receita financeira	3.562.611	909.611	8.090.662	4.235.082
Despesa financeira	(2.712.451)	(2.089.296)	(19.438.381)	(12.471.814)
	850.160	(1.179.685)	(11.347.719)	(8.236.732)

⁽¹⁾ Refere-se ao efeito no resultado proveniente da reversão realizada no Acordo de Leniência (nota 2).

28 Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do período.

	2024	2023
Resultado atribuível aos acionistas	9.825.904	(1.104.006)
Média ponderada de ações do período - milhares	122.343	122.343
Lucro por ações - Básico - (R\$)	80,31	(9,02)

Diluído

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído, conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras, sendo assim os valores do resultado da ação são iguais no básico e diluído.

29 Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob a ótica do ramo de atuação da Companhia e suas controladas. Os segmentos predominantes são: Alimentos, Higiene e Limpeza, Energia, Mineração, Celulose e outros.

Geograficamente a Companhia é segregada por Estados Unidos da América (inclui a América do Norte e Austrália), América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e outros (principalmente Europa e Ásia).

O segmento de alimentos inclui os segmentos apresentados pela controlada JBS e suas subsidiárias, que compreendem substancialmente: Bovinos (abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno e demais subprodutos), Suínos (abate, frigorificação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios) e Frango (processamento de aves, industrialização e comercialização de produtos alimentícios).

O segmento de higiene e limpeza é representado pela controlada Flora, que compreende a industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desengordurante, shampoos, condicionadores, desodorantes, sabonetes líquidos e inseticidas.

O segmento de energia está relacionado à controlada Âmba, que consiste na prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

O segmento de mineração é representado pela LHG Mining e suas controladas, que correspondem as atividades de exploração, lavra e beneficiamento mineral com objetivo de produzir e comercializar minério de ferro e manganês, além de serviços de transporte de cargas em navios cargueiros, barcas e navios-tanque.

O segmento de celulose é representado pela Eldorado Brasil Celulose e suas controladas, que correspondem as atividades de produção, comercialização, importação e exportação de celulose. Atua também no cultivo de mudas e árvores, extração de madeira em florestas plantadas, reflorestamento de terras próprias e de terceiros, e na produção de energia elétrica a partir do processamento de biomassa.

No segmento "outros" foram relacionados os demais ramos de atuação que não apresentam valores relevantes em relação ao montante da Companhia e suas controladas.

A Companhia avalia o seu desempenho por segmento operacional e por área geográfica, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida e o lucro operacional como análise de desempenho do resultado e o saldo do ativo como análise patrimonial.

A rentabilidade do segmento revisada pela Diretoria Executiva é o lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda.

As informações consolidadas, apresentadas por segmentos operacionais, são as seguintes:

Abertura do resultado por ramo de atuação:

Segmentos	Receitas líquidas		Lucro operacional		Ativos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Alimento	416.952.002	363.816.537	23.763.416	5.302.294	251.936.042	206.132.069
Higiene e limpeza	2.286.450	2.279.791	157.490	203.045	3.607.071	2.499.389
Energia	1.378.832	408.835	(5.550)	(553.535)	10.285.074	3.560.216
Mineração	2.028.372	3.045.324	(650.551)	362.655	7.662.116	5.235.475
Celulose	6.373.370	-	2.501.103	-	16.725.068	-
Outros ⁽¹⁾	507.319	74.786	5.941.261	(202.345)	50.087.186	55.152.059
Eliminações	(320.654)	(324.026)	1.850	(2.988)	(49.410.467)	(44.201.385)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	-	16.109.484
Total	429.205.691	369.301.247	31.709.019	5.109.126	290.892.090	244.487.307

⁽¹⁾ Inclui os valores referente a controladora e demais segmentos de valores imateriais.

Abertura do resultado por área geográfica:

Segmentos	Receitas líquidas		Lucro operacional		Ativos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Estados Unidos da América	266.910.241	242.079.323	10.080.372	4.299.325	132.823.662	81.922.302
América do Sul	123.796.869	94.340.838	22.288.323	732.467	157.722.035	152.167.401
Outros	38.819.235	33.205.114	(661.526)	80.322	49.756.859	54.598.987
Eliminações	(320.654)	(324.028)	1.850	(2.988)	(49.410.466)	(44.201.383)
Total	429.205.691	369.301.247	31.709.019	5.109.126	290.892.090	244.487.307

30 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

Custo dos produtos vendidos	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de estoques, matérias-primas e insumos	-	-	(304.334.387)	(280.487.907)
Salários e benefícios	-	(486)	(45.308.727)	(38.446.595)
Depreciação e amortização	-	-	(11.397.169)	(9.492.167)
Outros	-	(65)	(915.809)	(291.361)
	-	(551)	(361.956.092)	(328.718.030)
Despesas administrativas e gerais				
Salários e benefícios	(88.257)	(87.024)	(6.220.050)	(6.483.822)
Honorários, serviços e despesas gerais	(545.923)	(346.124)	(5.197.165)	(4.185.232)
Depreciação e amortização	(8.937)	(12.091)	(1.212.528)	(1.099.023)
Acordos antitruste	-	-	(1.430.803)	(510.230)
Outros	(19.538)	(17.564)	(303.515)	(214.134)
	(662.655)	(462.803)	(14.364.061)	(12.492.441)
Despesas com vendas				
Fretes e despesas de vendas	(517)	(121)	(21.145.182)	(19.348.595)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.162)	(3.275)
Salários e benefícios	-	-	(3.296.759)	(1.670.471)
Depreciação e amortização	-	-	(389.061)	(329.890)
Propaganda e marketing	(22.788)	(18.231)	(1.827.767)	(1.739.410)
Comissões	-	-	(485.704)	(307.453)
Impairment de ativos financeiros	-	-	(57.768)	(37.120)
Outros	-	-	(126.825)	(36.177)
	(23.305)	(18.352)	(27.331.228)	(23.472.391)

31 Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho (perda) na alienação de investimentos em controladas e coligadas	59.743	(37.627)	59.743	(37.627)
Ganho (perda) na alienação de outros investimentos	-	400.778	-	400.778
Acordo de Leniência ⁽¹⁾	6.771.199	3.133	6.771.199	3.133
Outros	(181.522)	(36.594)	(676.233)	124.457
	6.649.420	329.690	6.154.709	490.741

⁽¹⁾ Refere-se ao efeito no resultado proveniente da reversão realizada no Acordo de Leniência (nota 2).**32 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção das contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. As compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros são reconhecidas na data de transação.

Os instrumentos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação destes instrumentos depende inicialmente das características contratuais de seus fluxos de caixa e do modelo de negócio adotado para gestão dos mesmos:

i. **Instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado:** Representam os instrumentos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é mantê-los com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que constituam exclusivamente recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos financeiros são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Caixa e Bancos", "Contas a receber de clientes", "Fornecedores", "Acordo de Leniência", "Empréstimos e financiamentos" e "Provisão a pagar de arrendamento mercantil".

ii. **Instrumentos financeiros classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Representam os instrumentos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é mantê-los tanto para o fim de receber fluxos de caixa contratuais quanto para venda de ativos financeiros, e que constituam exclusivamente recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. **Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "CDBs e títulos públicos" e "Instrumentos financeiros derivativos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

A Companhia utiliza a mensuração apresentada conforme nota explicativa 3, item 3.6 - Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas a cada data de balanço para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Ativos					
Ativos pelo custo amortizado ⁽¹⁾					
Caixa e bancos	4	31.235	674	14.971.444	9.728.395
Contas a receber de clientes	5	-	-	25.604.440	17.059.451
Dividendos a receber	20	714.605	21.720	-	-
Títulos a receber	11	495.696	211.363	495.696	211.363
Créditos com empresas ligadas	9	17.241	2.488.386	3.661.412	3.483.498
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Derivativos a receber		-	-	58.003	-
Valor justo por meio do resultado					
CDB e títulos públicos ⁽²⁾	4	710.190	-	25.277.826	15.407.650
Derivativos a receber		-	-	619.084	499.141
Total		1.968.967	2.722.143	70.687.905	46.389.498
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores	17	(90.987)	(23.525)	(39.733.516)	(31.057.825)
Acordo de leniência	2	(2.388.203)	(2.278.139)	(2.388.203)	(2.278.139)
Empréstimos e financiamentos	18	(7.404.931)	(7.396.997)	(138.129.069)	(109.827.140)
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	(690)	-	(12.717.339)	(9.432.742)
Compromissos com terceiros para investimentos	21	-	-	(293.929)	(321.927)
Débitos com empresas ligadas	9	(1.946.402)	(571.751)	(14.348)	(5.194)
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar		-	-	(1.160.413)	(840.370)
Total		(11.831.213)	(10.270.412)	(194.436.817)	(153.763.337)

⁽¹⁾ Os saldos de clientes são classificados no curto prazo líquidos das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Contas a receber de clientes e empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado.

⁽²⁾ Os CDBs são atualizados pela taxa efetiva, porém são títulos de curtíssimos prazos e negociados com instituições financeiras de primeira linha e seu reconhecimento contábil está muito próximo ao valor justo. Os títulos públicos são atualizados pelo preço unitário de mercado.

a. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado:

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, com técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

	Controladora					
	31.12.24			31.12.23		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	31.235	-	31.235	674	-	674
CDB e títulos públicos	-	710.190	710.190	-	-	-
Consolidado						
31.12.24			31.12.23			
Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	14.971.444	-	14.971.444	9.728.395	-	9.728.395
CDB e títulos públicos	-	25.277.826	25.277.826	-	15.407.650	15.407.650
Derivativos a receber	-	619.084	619.084	499.141	-	499.141
Passivos financeiros						
Derivativos a pagar	-	(1.160.413)	(1.160.413)	-	(840.370)	(840.370)

O valor contábil dos instrumentos financeiros é muito próximo ao valor justo, considerando os critérios definidos para apuração dos níveis 1 e 2 na hierarquia do valor justo.

Valor justo a custo amortizado dos empréstimos e financiamentos:

O cálculo do valor justo é feito para os empréstimos relacionados às Notas emitidas sob as Regras 144 A e Reg S (*Regulation S*), considerando que há um mercado ativo para esses instrumentos financeiros. Para este cálculo, a Companhia utilizou o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por agências de notícias financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente. O valor contábil dos empréstimos restantes de taxa fixa se aproxima do valor justo, considerando que as taxas de juros de mercado, a qualidade do crédito da Companhia e outros fatores de mercado não mudaram significativamente desde a captação. O valor contábil dos empréstimos com taxa variável se aproxima do valor justo, pois as taxas se ajustam às variações de mercado e a qualidade do crédito da Companhia não alterou substancialmente. Para todos os outros ativos e passivos financeiros, o valor contábil se aproxima do valor justo devido à curta duração dos instrumentos financeiros. A seguir, apresentamos os detalhes dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Consolidado					
	31.12.24			31.12.23		
	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal
Notas 2,5% JBS Lux 2027	6.192.299	94,98	5.881.260	4.841.300	92,10	4.458.643
Notas 5,13% JBS Lux 2028	5.571.459	99,50	5.543.379	4.357.170	99,66	4.342.312
Notas 3,00% JBS Lux 2029	3.715.113	91,20	3.388.183	2.904.780	88,24	2.563.178
Notas 6,5% JBS Lux 2029	432.879	100,52	435.151	377.491	99,27	374.746
Notas 5,5% JBS Lux 2030	7.738.424	99,77	7.720.471	6.051.625	98,55	5.963.876
Notas 3,75% JBS Lux 2031	3.052.804	88,93	2.714.919	2.420.650	86,45	2.092.652
Notas 3,00% JBS Lux 2032	6.192.299	83,22	5.153.293	4.841.300	81,66	3.953.212
Notas 3,625% JBS Lux 2032	5.998.976	87,96	5.276.939	4.841.300	85,60	4.144.298
Notas 5,75% JBS Lux 2033	10.289.589	99,54	10.242.360	9.924.665	99,35	9.860.452
Notas 6,75% JBS Lux 2034	9.332.080	105,85	9.877.633	7.746.080	105,27	8.154.530
Notas 4,375% JBS Lux 2052	5.573.069	110,50	6.158.130	4.357.170	74,36	3.239.817
Notas 6,50% JBS Lux 2052	9.585.679	101,53	9.732.628	7.504.015	100,71	7.557.218
Notas 7,25% JBS Lux 2053	5.573.069	74,94	4.176.625	4.357.170	109,34	4.764.129
Notas 4,25% PPC 2031	5.298.905	92,24	4.887.604	4.841.300	90,27	4.369.999
Notas 3,5% PPC 2032	5.573.069	86,34	4.811.621	4.357.170	84,47	3.680.371
Notas 6,25% PPC 2033	6.068.453	102,16	6.199.593	4.841.300	102,90	4.981.794
Notas 6,875% PPC 2034	3.096.150	106,73	3.304.521	2.420.646	108,05	2.615.416
	99.284.316		95.504.310	80.985.132		77.116.643

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro				
Valor justo por meio do resultado		(135.443)	(1.915.682)	958.323
Empréstimos e recebíveis	305.394	475.829	351.843	689.089
Passivos pelo custo amortizado	(1.990.458)	(1.095.933)	(11.938.128)	(9.269.740)
Outros	2.670.667	(423.986)	2.154.248	(614.405)
Total	850.160	(1.179.685)	(11.347.719)	(8.236.732)

Gestão de riscos:

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas pela Área de Riscos (*Risk Management*) de cada controlada, seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities. A área de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições.

A seguir são apresentados os riscos e operações em que a Companhia e suas controladas estão expostas no corrente período. Adicionalmente, também é apresentada a análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no Resultado Financeiro quando de possíveis alterações, de 15% a 30%, nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a. Risco de mercado:

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pela Administração ou Conselho Administrativo, dependendo da política de cada controlada.

É função da Área de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia e suas controladas estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A área de riscos utiliza sistemas de informação próprios e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a B3 e Bolsa de Chicago (*Chicago Mercantile Exchange*).

a1. Risco da taxa de juros:

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Área de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à área de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	(558.884)	(554.833)
Nota de crédito - Exportação	(52.648)	(1.053.700)
Custeio pecuário	-	(5.847)
Capital de giro CCB e NP - Reais	(8.326.259)	(8.498.173)
Notas comerciais	(1.544.346)	(623.168)
Debêntures	(951.559)	(178.893)
Partes relacionadas	3.520.045	3.169.398
CDB-DI e Títulos Públicos	25.335.829	15.407.650
Subtotal	17.422.178	7.662.434
Derivativos (Swap)	(7.957.930)	(6.910.347)
Total	9.464.248	752.087

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Exposição de passivos à taxa SOFR:

Pré-pagamento	(621.064)	(1.360.264)
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	(10.774.574)	(2.472.590)
PPE - Pré pagamento de exportação	(2.256.751)	(170.391)
Capital de giro - Dólares Americanos	(940.155)	(596.251)
Total	(14.592.544)	(4.599.496)

Exposição de passivos à taxa TJLP:

Capital de giro - Reais	-	(3.734)
Total	-	(3.734)

Exposição de passivos à taxa IPCA:

CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	(7.809.941)	(10.174.868)
Acordo de Leniência	2.388.203	11.739.779
Arrendamento a pagar	(1.818.554)	-
Subtotal	(7.240.292)	1.564.911
Derivativos (Swap)	5.615.708	6.892.396
Total	(1.624.584)	8.457.307

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
			Taxa	Efeito no resultado Consolidado	Taxa	Efeito no resultado Consolidado	Taxa	Efeito no resultado Consolidado
CDI	Aumento	12,15%	12,22%	6.625	13,97%	172.249	15,80%	345.445
SOFR	Aumento	4,87%	4,88%	(1.459)	5,60%	(106.526)	6,33%	(213.051)
IPCA	Aumento	4,37%	4,37%	(114)	5,03%	(10.722)	5,68%	(21.282)
				5.052		55.001		111.112

A Companhia e suas controladas ainda possui exposição às taxas SELIC, Euribor e CPI, que devido a baixa representatividade não são apresentadas.

Instrumento	Data do início	Data de vencimento	Nacional	Consolidado 31.12.24		Valor justo
				Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	
Swap	CDI	2024	1.170.787	1.315.264	(1.392.276)	(77.012)
Swap	IPCA	2027	978.410	1.005.956	(1.061.850)	(55.894)
Swap	IPCA	2032	1.133.951	1.191.798	(1.341.565)	(149.767)
Swap	IPCA	2034	788.999	770.154	(839.982)	(69.828)
Swap	IPCA	2037	1.171.825	1.332.536	(1.630.146)	(297.610)
Swap	IPCA	2038	881.290	888.947	(986.201)	(97.254)
Swap	IPCA	2039	129.136	126.091	(135.178)	(9.087)
Swap	IPCA	2044	500.000	494.642	(570.732)	(76.090)
Swap	IPCA					
			6.754.398	7.125.388	(7.957.930)	(832.542)

Instrumento	Data do início	Data de vencimento	Nacional	Consolidado 31.12.23		Valor justo
				Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	
Swap	CDI	2024	880.000	915.329	(917.770)	(2.441)
Swap	IPCA	2024	537.534	689.751	(540.408)	149.343
Swap	IPCA	2027	387.000	457.602	(413.456)	44.146
Swap	IPCA	2028	442.000	526.622	(484.293)	42.330
Swap	IPCA	2030	1.400.000	1.697.548	(1.590.808)	106.740
Swap	IPCA	2031	1.398.524	1.616.904	(1.578.406)	38.498
Swap	IPCA	2032	425.166	501.657	(510.557)	(8.900)
Swap	IPCA	2036	91.135	113.710	(119.336)	(5.625)
Swap	IPCA	2037	1.040.017	1.288.602	(1.295.723)	(7.120)
Swap	IPCA					
			6.601.376	7.807.725	(7.450.757)	356.971

a.2 Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Área de Riscos emprega instrumentos de proteção, como contratos futuros, NDFs (*Non-Deliverable Forwards*), DFs (*Deliverable Forwards*), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (*Swaps*), visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Controladora. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Euro (€), Libra Esterlina (£), Dólar Australiano (AU\$), Dólar Canadense e Yuan Renminbi Chinês.

A seguir são apresentadas as principais exposições ao risco de variação cambial dada a relevância dessas moedas nas operações da Companhia e suas controladas, e as análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a B3 e a CME. No consolidado, a Companhia divulga essas exposições considerando as variações de uma moeda estrangeira em particular, em relação à moeda funcional, que é o Real.

	Consolidado					
	31.12.24					
	USD	EUR	GBP	AUD	CAD	CNY
OPERACIONAL						
Caixa e equivalentes	10.219.387	311.727	99.680	557	2.989	43.664
Contas a receber	6.646.802	1.021.830	406.736	3.362	89.090	18.356
Pedidos de venda	6.580.960	488.288	336.673	-	17.932	44.569
Fornecedores	(1.949.134)	(484.662)	(100.758)	(15.697)	-	-
Pedidos de compra	(517.013)	(55.287)	-	-	-	-
Subtotal operacional	20.981.002	1.281.896	742.331	(11.778)	110.011	106.589
FINANCEIRO						
Adiantamento a clientes	(29.001)	(9.672)	(1.184)	-	-	(729)
Empréstimos e financiamentos	(9.081.607)	(3.803)	-	-	(3.622)	-
Subtotal financeiro	(9.110.608)	(13.475)	(1.184)	-	(3.622)	(729)
Subtotal operacional e financeiro	11.870.394	1.268.421	741.147	(11.778)	106.389	105.860
Partes relacionadas líquido	(777.257)	19.807	-	-	-	-
Total da Exposição	11.093.137	1.288.228	741.147	(11.778)	106.389	105.860
DERIVATIVOS						
Contratos futuros	11.393	(530.029)	(211.126)	-	(49.538)	(133.754)
Deliverable Forwards (DF's)	(4.112.207)	439.337	(165.861)	17.091	(183.366)	-
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(2.583.167)	(121.115)	(38.776)	-	-	-
Total dos Derivativos	(6.683.981)	(211.807)	(415.763)	17.091	(232.904)	(133.754)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	4.409.156	1.076.421	325.384	5.313	(126.515)	(27.894)

Em 2024 a controlada JBS não apresentou exposição na moeda MXN, porque mudou a moeda funcional da sua subsidiária indireta PPC México.

	Consolidado						
	31.12.23						
	USD	EUR	GBP	MXN	AUD	CAD	CNY
OPERACIONAL							
Caixa e equivalentes	7.604.779	329.956	97.319	1.314.427	203	3.409	34.096
Contas a receber	2.806.463	771.462	240.823	649.281	1.167	50.195	36.444
Pedidos de venda	4.437.512	356.147	1.053.024	-	-	420	26.727
Fornecedores	(846.168)	(362.919)	(76.715)	(1.294.723)	(1.549)	-	-
Provisão de arrendamento mercantil	366.269	-	-	-	-	-	-
Pedidos de compra	(274.549)	(87.203)	-	-	-	-	-
Subtotal operacional	14.094.306	1.007.443	1.314.451	668.985	(179)	54.024	97.267
FINANCEIRO							
Adiantamento a clientes	(27.074)	(8.770)	(2.474)	-	-	-	(16.695)
Empréstimos e financiamentos	(4.982.349)	(15.579)	-	-	-	(2.348)	-
Subtotal financeiro	(5.009.423)	(24.349)	(2.474)	-	-	(2.348)	(16.695)
Subtotal operacional e financeiro	9.084.883	983.094	1.311.977	668.985	(179)	51.676	80.572
Partes relacionadas líquido	(122.567)	56.671	-	-	-	-	-
Total da Exposição	8.962.316	1.039.765	1.311.977	668.985	(179)	51.676	80.572
DERIVATIVOS							
Contratos futuros	(1.214.139)	(663.598)	(213.703)	-	-	-	(72.620)
Deliverable Forwards (DF's)	(1.926.954)	325.834	(69.565)	-	13.778	-	(34.075)
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(6.326.417)	24.550	(470.206)	-	-	508.893	-
Total dos Derivativos	(9.467.510)	(313.214)	(753.474)	-	13.778	508.893	(106.695)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(505.194)	726.551	558.503	668.985	13.599	560.569	(26.123)

a2.1 Análise de sensibilidade e detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

a2.1.1 US\$ (Dólar americano):

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	6,1923	6,0748	(391.168)	5,2635	(3.092.210)	4,3346	(6.184.420)
Financeira	Depreciação	6,1923	6,0748	172.875	5,2635	1.366.591	4,3346	2.733.182
Partes relacionadas	Depreciação	6,1923	6,0748	2.326	5,2635	18.385	4,3346	36.770
Derivativos	Depreciação	6,1923	6,0748	126.830	5,2635	1.002.597	4,3346	2.005.194
				(89.137)		(704.637)		(1.409.274)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Controladora					
			31.12.24	31.12.23				
			Quantidade	Notional (R\$)	Valor justo	Quantidade	Notional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Dólar Americano	Compra	4.765	11.393	76	52.199	(1.214.139)	(10.061)

			Consolidado					
			31.12.24			31.12.23		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Notional (USD)	Notional (R\$)	Valor justo	Notional (USD)	Notional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Venda	(664.084)	(4.112.207)	(104.452)	(398.024)	(1.926.954)	141.124
Non Deliverable Forwards	Dólar Americano	Venda	(417.158)	(2.583.167)	139.016	(740.089)	(3.582.991)	35.358

a.2.3 EXPOSIÇÃO ao € (EURO)

Análise de sensibilidade

			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
Exposição	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	6,4363	6,3203	(23.103)	5,4709	(192.284)	4,5054	(384.569)
Financeira	Depreciação	6,4363	6,3203	243	5,4709	2.021	4,5054	4.043
Partes relacionadas	Apreciação	6,4363	6,3203	(1.021)	5,4709	(8.501)	4,5054	(17.001)
Derivativos	Depreciação	6,4363	6,3203	3.817	5,4709	31.771	4,5054	63.542
				(20.064)	(166.993)		(333.985)	

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

			Consolidado					
			31.12.24			31.12.23		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Notional (EUR)	Notional (R\$)	Valor justo	Notional (EUR)	Notional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Euro	Venda	(6.155)	(396.154)	1	(5.600)	(663.598)	2.486
Deliverable Forwards	Euro	Compra	68.259	439.337	14.713	60.885	325.834	(9.126)
Non Deliverable Forwards	Euro	Compra	(18.818)	(121.115)	2.601	4.587	24.550	(3.157)

a.2.4 EXPOSIÇÃO à £ (Libras Esterlinas)

Análise de sensibilidade

			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
Exposição	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	7,7620	7,6173	(13.839)	6,5977	(111.350)	5,4334	(222.699)
Financeira	Depreciação	7,7620	7,6173	22	6,5977	178	5,4334	355
Derivativos	Depreciação	7,7620	7,6173	7.751	6,5977	62.364	5,4334	124.729
				(6.066)	(48.808)		(97.615)	

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

			Consolidado					
			31.12.24			31.12.23		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Libra Esterlina	Venda	1.219	211.126	77	(1.470)	(213.703)	1.069
Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(21.368)	(165.861)	(4.180)	(11.296)	(69.565)	978
Non Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(4.996)	(38.776)	(793)	(76.350)	(470.206)	315

a.2.1.5 AUD (Dólar Australiano):

Análise de sensibilidade

			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
Exposição	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Depreciação	3,8392	3,7729	203	3,2633	1.767	2,6874	3.533
Derivativos	Apreciação	3,8392	3,7729	(295)	3,2633	(2.564)	2,6874	(5.127)
				(92)	(797)		(1.594)	

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

			Consolidado					
			31.12.24			31.12.23		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Nocional (MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Australiano	Compra	4.452	17.091	12	4.190	13.778	(5)

a.2.6 EXPOSIÇÃO à CAD (Dólar Canadense):

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	4,3047	4,3762	1.827	3,6590	(16.502)	3,0133	(33.003)
Financeira	Depreciação	4,3047	4,3762	(60)	3,6590	543	3,0133	1.087
Derivativos	Depreciação	4,3047	4,3762	(3.868)	3,6590	34.936	3,0133	69.871
				(2.101)		18.977		37.955

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.24			31.12.23		
			Nocional (CAD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (CAD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Dólar Canadense	Compra	(42.597)	(183.366)	(4.180)	139.339	508.893	24.463

a.2.7 EXPOSIÇÃO à CYN (Yuan Renminbi chinês):

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 15%		Cenário (III) Variação da taxa em 30%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	0,8483	0,8644	2.023	0,7211	(15.988)	0,5938	(31.977)
Financeira	Depreciação	0,8483	0,8644	(14)	0,7211	109	0,5938	219
Derivativos	Depreciação	0,8483	0,8644	(2.539)	0,7211	20.063	0,5938	40.126
				(530)		4.184		8.368

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.24			31.12.23		
			Nocional (CYN)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (CYN)	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Yuan	Compra	158.000	(133.754)	(20)	(1.500)	(72.620)	327
Non Deliverable Forwards	Yuan	Compra	-	-	-	(50.000)	(34.075)	398

b. Risco de preços de commodities

A controlada JBS atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições.

Parte significativa dos insumos da Companhia são ativos biológicos da controlada JBS. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, a controlada JBS utiliza contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, a controlada JBS utiliza instrumentos derivativos para mitigar exposições específicas, principalmente os contratos futuros, para mitigar o impacto da flutuação do preço - em estoques e contratos de venda. A controlada JBS considera o valor médio histórico gasto com materiais como indicativo do valor operacional a ser protegido de contratos firmes.

b1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) da controlada JBS:

O ramo de atuação da controlada JBS está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos. A Companhia pode utilizar contratos futuros negociados na B3 para equilibrar as exposições.

Os fatores que influenciam a estratégia de redução de risco do preço de commodities são os prazos dos contratos a termo para compras de gado, considerando todos os valores e prazos negociados.

A exposição da controlada JBS às flutuações de preços de gado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição em cada período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	Controlada JBS	
	31.12.24	31.12.23
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	687	(491)
Subtotal	687	(491)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	687	(491)
EXPOSIÇÃO em Milho		
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	94	(224)
Subtotal	94	(224)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	94	(224)

Análise de sensibilidade

			Controlada JBS					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
Exposição	Risco	Preço fechamento	Preço	Efeito no resultado Consolidado	Preço	Efeito no resultado Consolidado	Preço	Efeito no resultado Consolidado
Derivativos	Depreciação	274,35	270,43	(10)	205,76	(172)	137,17	(344)
				<u>(10)</u>		<u>(172)</u>		<u>(344)</u>

			Controlada JBS					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
Exposição	Risco		Preço	Efeito no resultado Consolidado	Preço	Efeito no resultado Consolidado	Preço	Efeito no resultado Consolidado
Derivativos	Depreciação		(1,07)	-	(25,00)	(24)	(50,00)	(47)
				<u>-</u>		<u>(24)</u>		<u>(47)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

			Controlada JBS					
			31.12.24			31.12.23		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Boi)	Compra	6.548	687	(16.831)	(6)	(491)	1

			Controlada JBS					
			31.12.24			31.12.23		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Grãos)	Compra	4.161	94.232	(4.082)	(7)	(224.028)	4.500

b2. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (grãos) da Seara Alimentos:

O ramo de atuação da subsidiária indireta da controlada JBS, Seara Alimentos, está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Seara Alimentos, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço de grãos atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de grãos na B3, Bolsa de Chicago (*Chicago Mercantile Exchange*) e no mercado de balcão, através de NDF's, visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de grãos da Seara Alimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos)		Seara alimentos	
		31.12.24	31.12.23
OPERACIONAL			
Pedidos de compras		354.573	552.376
Subtotal		<u>354.573</u>	<u>552.376</u>
DERIVATIVOS			
Contratos futuros		110.034	-
Subtotal		<u>110.034</u>	<u>-</u>
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA		<u>464.607</u>	<u>552.376</u>

Análise de sensibilidade

			Seara alimentos					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
Exposição	Risco	Preço	Efeito no resultado Consolidado	Preço	Efeito no resultado Consolidado	Preço	Efeito no resultado Consolidado	
Operacional	Depreciação	(1,07)%	(3.780)	(25,00)%	(88.643)	(50,00)%	(177.287)	
Derivativos	Depreciação	(1,07)%	(1.173)	(25,00)%	(27.509)	(50,00)%	(55.017)	
			<u>(4.953)</u>		<u>(116.152)</u>		<u>(232.304)</u>	

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Seara alimentos					
			31.12.24			31.12.23		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Grãos)	Compra	2.788	110.034	519	-	-	-

b3. Contabilidade de hedge da subsidiária indireta Seara Alimentos

A partir de 01 de julho de 2021, a subsidiária indireta da controlada JBS, Seara Alimentos, revisou suas políticas de hedge e iniciou a aplicação da contabilidade de hedge em operações de grãos, com o objetivo de gerar estabilidade ao resultado da subsidiária. A contratação destes instrumentos é baseada nas diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros designados para a contabilidade de hedge foram classificados como hedge de fluxo de caixa. O montante efetivo do ganho ou perda do instrumento é reconhecido em outros resultados abrangentes e o montante inefetivo em receitas (despesas) financeiras líquidas, e os ganhos e perdas acumulados são reclassificados em lucros e perdas no balanço quando o objeto é reconhecido, ajustando o item em que o objeto coberto foi registrado.

Nestas relações de cobertura, as principais fontes de inefetividade são o efeito das contrapartes e do próprio risco de crédito do Grupo sobre o valor justo dos contratos cambiais a prazo, o que não se reflete na variação do valor justo dos fluxos de caixa cobertos atribuíveis à variação das taxas de câmbio e alterações no momento em que as transações cobertas são realizadas.

A Seara Alimentos também designa derivativos para proteção ao valor justo de instrumentos de dívidas com taxa de juros flutuante por meio de *swap* de taxas de juros pré-fixadas, mensurados conforme contabilidade de hedge de valor justo.

b3.1. Efeitos dos instrumentos de hedge nas informações financeiras:

Abaixo demonstramos os efeitos no resultado do período, em outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção cambial, preço das commodities e taxa de juros (hedge de fluxo de caixa e de valor justo):

	Seara alimentos	
	31.12.24	31.12.23
Demonstração do resultado:		
Custo dos produtos vendidos antes da adoção do hedge accounting	(38.475.512)	(38.631.456)
Resultado operacional de derivativos	(4.601)	156.991
Moeda	-	7.140
Commodities	(4.601)	149.851
Custo dos produtos vendidos com hedge accounting	(38.480.113)	(38.474.465)
Resultado financeiro excluindo derivativos	(1.440.827)	(383.453)
Resultado financeiro de derivativos	(527.833)	71.350
Moeda	(463.306)	197.979
Commodities	(62.865)	(120.653)
Juros	(1.662)	(5.976)
Resultado financeiro	(1.968.660)	(312.103)

Segue abaixo os efeitos em outros resultados abrangentes, após a adoção do *hedge accounting*:

	Seara alimentos		
	31.12.24	31.12.23	
Demonstração dos outros resultados abrangentes:			
Instrumentos derivativos designados como hedge accounting:			
Moeda	-	191	
Commodities	1.894	(2.851)	
Resultado em hedge de fluxo de caixa	1.894	(2.660)	
Outros resultados abrangentes	4.554	39.041	
Movimentação Hedge de fluxo de caixa	31.12.23	ORA	31.12.24
Operações Hedge accounting na Controladora Seara	(2.660)	4.554	1.894
(-) IR/CS	905	(1.548)	(643)
Total de outros resultados abrangentes	(1.755)	3.006	1.251

Segue abaixo os efeitos no balanço patrimonial, após a adoção do *hedge accounting*:

	Seara alimentos	
	31.12.24	31.12.23
Balanço patrimonial:		
Derivativos a (pagar)/receber	519	-
Instrumentos derivativos designados como hedge accounting		
Commodities	519	-
Derivativos a (pagar)/receber	430	21.656
Instrumentos derivativos não designados como hedge accounting		
Commodities	430	24.097
Juros	-	(2.441)
Outros resultados abrangentes	1.894	(2.660)
Moeda	-	191
Commodities	1.894	(2.851)
Estoques	124	31.845
Moeda	-	660
Commodities	124	31.185

Posição aberta de balanço patrimonial dos saldos de derivativos ativos e passivos:

	Seara alimentos	
	31.12.24	31.12.23
Ativo		
Designados como <i>hedge accounting</i>		
Moeda	519	-
Não designados como <i>hedge accounting</i>		
Moeda	430	24.097
Ativo Circulante	949	24.097
Passivo		
Não designados como <i>hedge accounting</i>		
Moeda	-	2.441
Passivo Circulante	-	2.441

b4. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da subsidiária indireta JBS USA

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de "commodities" da subsidiária indireta JBS USA em 31 de dezembro de 2024 e 2023 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

	JBS USA	
	31.12.24	31.12.23
EXPOSIÇÃO		
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra de boi	22.907.111	15.639.117
Subtotal	22.907.111	15.639.117
DERIVATIVOS		
<i>Deliverable Forwards</i>	52.849.548	1.883.895
Subtotal	52.849.548	1.883.895
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	75.756.659	17.523.012

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	JBS USA					
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	(2,10)%	(480.362)	(15,00)%	(3.436.067)	(30,00)%	(6.872.133)
Derivativos	Depreciação	(2,10)%	(1.108.255)	(15,00)%	(7.927.432)	(30,00)%	(15.854.864)
			(1.588.617)		(11.363.499)		(22.726.997)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Controlada JBS					
			31.12.24			31.12.23		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
<i>Deliverable Forwards</i>	Commodities (Boi)	Compra	8.534.720	52.849.548	(373.024)	389.130	1.883.895	(9.595)

b5. Composição dos instrumentos financeiros derivativos da controlada Eldorado**b5.1 Derivativos em aberto por tipo de contrato**

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Moeda	Controlada Eldorado			
		Valor nocional		Valor justo	
		2024	2023	2024	2023
Hedge operacional:					
<i>Non Deliverable Forward</i> (US\$) (i)	US\$	-	500.000	-	(3.829)
Hedge de dívida - taxas de juros e câmbio					
Ativos:					
<i>Swap Duplo Indexador</i> (iv)	R\$	-	103.340	-	2.030
Hedge de dívida - taxas de juros:					
Ativos:					
<i>Swap IPCA para Fixed</i> (US\$) (iii)	R\$	500.000	500.000	595.163	627.662
<i>Swap CDI para Fixed</i> (US\$) (ii)	R\$	-	700.000	-	743.187
		500.000	1.200.000	595.163	1.370.849
Passivos:					
<i>Swap IPCA para Fixed</i> (US\$) (iii)	US\$	88.221	88.221	(537.160)	(432.536)
<i>Swap CDI para Fixed</i> (US\$) (ii)	US\$	-	124.643	-	(615.233)
		88.221	212.864	(537.160)	(1.047.769)
				58.003	321.281
Ativo circulante				16.190	149.695
Ativo não circulante				41.813	175.554
Passivo circulante				-	(3.968)
				58.003	321.281

A variação do valor justo dos derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está relacionada com a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano (USD) e com a variação entre os indexadores de correção dos contratos e a taxa pré-fixada em USD.

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes, os respectivos riscos protegidos, bem como os procedimentos efetuados para obtenção dos valores justos:

⁽ⁱ⁾ Non-Deliverable Forward (NDF). Posições vendidas em contratos futuros de USD com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra valorização do real frente ao dólar. O valor justo dos contratos futuros é determinado usando as taxas de câmbio projetadas (forward) para os vencimentos por meio das curvas de cupom cambial e a curva futura da taxa de Depósito Interbancário (DI), obtidas da B3. A seguir, é calculada a diferença entre essa cotação de câmbio futuro obtida e a taxa contratada. A diferença de taxas é multiplicada pelo notional contratado e trazida a valor presente pela curva futura do DI.

⁽ⁱⁱ⁾ Swap CDI x Fixed (USD). Posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa DI por taxa prefixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para USD, alinhando à exposição natural dos recebíveis em USD da Companhia. É estimado o valor futuro das duas pontas do swap de acordo com as taxas de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente da ponta ativa em reais é mensurado por meio do desconto, utilizando a curva futura do DI. No valor da ponta passiva em dólar, o desconto é feito pela curva do cupom cambial. Ambas as curvas são obtidas da B3. A seguir, é calculada a diferença entre as duas pontas.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Swap IPCA x Fixed (USD). Posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por taxa pré-fixada em USD. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para USD, alinhando a exposição natural dos recebíveis em USD da Companhia. É estimado o valor futuro das duas pontas do swap de acordo com as taxas de juros de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. O valor presente da ponta ativa em reais é mensurado por meio do desconto utilizando a curva futura do DI. Na ponta passiva em dólar, o desconto é feito pela curva do cupom cambial. Ambas as curvas são obtidas da B3. A seguir, é calculada a diferença entre as duas pontas.

^(iv) Swap Duplo Indexador CDI x Pré/USD. Posições em swaps trocando a variação da taxa DI, acrescida de taxa pré-fixada, por índice de maior valor entre índice pré-fixado em reais ou índice pré-fixado em dólar, adicionado de juros. O objetivo é diminuir os efeitos das variações das taxas de juros DI.

b5.2 Cronograma de vencimentos do valor justo

O cronograma de vencimentos do valor justo é o seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
2024	-	145.727
2025	16.190	19.638
2026	23.099	85.478
2027	18.714	70.438
	58.003	321.281

b5.3 Hedge accounting

b5.3.a. Objetivo e estratégia da gestão de risco

As receitas futuras provenientes das exportações de celulose expõem a controlada Eldorado ao risco de flutuação da paridade cambial entre o real (BRL) e o dólar norte-americano (USD). A política de gestão de riscos financeiros e mercado permite a estruturação do hedge accounting com objetivo de mensurar e reconhecer os resultados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – instrumentos de hedge, no mesmo exercício contábil em que são reconhecidas as receitas das exportações – objeto de hedge, de forma a reduzir a volatilidade nos resultados da controlada Eldorado.

A Controlada Eldorado designa o componente da variação cambial dos swaps de moedas e juros para o hedge accounting de fluxo de caixa.

b5.3.b. Relação do hedge e natureza do risco protegido

A Controlada Eldorado adota o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no CPC 48 e IFRS 9, tendo como natureza do risco protegido a variação cambial das receitas previstas em dólar norte-americano, as quais se relacionam aos contratos de swap que trocam a variação das taxas DI e IPCA, em reais (BRL), por taxa prefixada em dólar norte-americano (USD), alinhando exposição natural dos recebíveis em dólar da Controlada Eldorado.

b5.3.c. Identificação do instrumento de hedge

O instrumento de hedge é o valor principal da dívida em reais convertidos em moedas estrangeiras pelos swaps, fixadas em dólar norte-americano, com as seguintes características:

Tipo	Swap
Data de início contrato	22/12/2021
Data de vencimento	13/09/2027
Montante designado em USD	88.221
Paridade média USD x BRL	5,6676
Data início do hedge	22/12/2021

c. Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

c1. Risco de Mercado na Controlada Âmba

Na Âmba Comercializadora (controlada direta da controlada Âmba), o risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a controlada Âmba, detentora da posição, fazem reduzir seu valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da controlada Âmba. A controlada Âmba considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de riscos com reporte diário aos administradores, metodologia de riscos utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

Valor justo dos contratos de energia (contratos futuros)

Ganho temporário – circulante	79.845
Ganho temporário – não circulante	56.520
Perda temporária – circulante	(72.419)
Perda temporária – não circulante	(49.396)
Resultado líquido	14.550

Exposição energética em MWh:

Ano	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2025	3.563	(4.231)	(668)
2026 - 2028	4.599	(3.248)	1.351
2029 - 2031	12.964	(10.691)	2.273
2032 à 2034	1.842	-	1.842
	22.968	(18.170)	4.798

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

Essa análise de sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Controlada Âmba, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia.

- **VaR** – O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em $(1 - \alpha)$ % dos cenários. A Companhia utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado.

- **P95 do VaR** – Nesse caso P95 do VaR indica a série que representa a máxima perda das séries geradas no caso de alta de preços.

- **P05 do VaR** – Nesse caso p05 do VaR indica a série que representa a máxima perda das séries geradas no caso de baixa de preços.

O principal fator de risco da controlada Âmba é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da controlada Âmba Energia, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços):

	Cenários projetados	
	2024	2023
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia em mercado ativo		
	Varição de preço	
	Elevação (VaR p95)	14.550
	Queda (VaR p05)	14.550
		22.995
		(22.995)

c2. Risco de Mercado na Controlada LHG Mining

A controlada LHG Mining realiza parte relevante de suas vendas com contratos de venda a preços provisórios. Nesta modalidade de venda, o preço final é calculado após o reconhecimento da receita, podendo ser atualizado com base na cotação do preço do minério de ferro até o momento do recebimento ou conforme estipulado por contrato. O índice utilizado pela LHG Mining como base para atualização do preço do minério de ferro é o IODEX 62% (*Índice Platts Iron Ore Index*).

O reconhecimento da receita é realizado com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme apresentado nos quadros de instrumentos financeiros. O registro dessa atualização no resultado é realizado na receita de vendas consolidada da Companhia.

Exposição líquida de ativos ao IODEX:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber de clientes ⁽¹⁾	-	218.103
Total	-	218.103

⁽¹⁾ Os contratos de venda a preços provisórios são realizados em Dólar Americano (USD) pela controlada LHG Mining Áustria, por isso não há efeito de variação cambial no resultado no registro inicial das receitas baseadas no preço do IODEX, já que o índice está cotado na mesma moeda funcional da controlada LHG Mining Áustria. Em 31 de dezembro de 2024, não existiam saldos a receber com exposição ao IODEX.

c3. Derivativos

Commodities: A controlada LHG Mining está exposta ao preço de venda do minério de ferro no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os seus resultados operacionais. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo commodities podem ser utilizadas para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo. A contratação dos instrumentos financeiros é realizada de acordo com o volume faturado e a data de recebimento dos embarques.

Moeda: a controlada LHG Mining realiza a mitigação do risco cambial operando instrumentos financeiros de derivativo (mercado futuro) através de sua controlada LHG Mining Corumbá. A estratégia para contratação dos instrumentos financeiros é avaliada mensalmente e tem como objetivo proteger as vendas realizadas em moeda estrangeira.

Swap: Para gestão do risco de taxa de juros, a controlada contratou instrumentos derivativos "Swap", esses instrumentos a protegem do risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, reduzindo sua exposição à oscilação da taxa de juros.

c.3.1. Análise de sensibilidade - derivativos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos		
Swap - juros	(2.031)	-
NDF - (a termo de moeda)	-	(23.589)
NDF - (a termo de commodities)	-	(12.268)
Subtotal Financeiro	(2.031)	(35.857)
Total de exposição	(2.031)	(35.857)

Moeda	Exposição	Risco	Cenário Atual	Consolidado			
				Cenário (I) Variação da taxa em 25%		Cenário (I) Variação da taxa em 50%	
				Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
USD	Swap	Aumento CDI	10,88%	13,60%	(508)	16,32%	(1.016)

d. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (*ratings*) de agências internacionais especializadas.

A Companhia considera que um ativo financeiro está inadimplente quando:

- é improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações à Companhia e não há chance de regresso para a Companhia; ou
- as perdas são esperadas com base no histórico operacional e crédito do cliente.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
AAA	2,00 %	5 anos
AA	1,00 %	3 anos
A	0,50 %	2 anos
BBB	0,25 %	1 ano

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data de encerramento destas demonstrações contábeis são:

	Consolidado			
	31.12.24		31.12.23	
	Valor	Perda por ajuste ao valor recuperável	Valor	Perda por ajuste ao valor recuperável
Caixa e equivalentes de caixa	40.308.645	-	25.137.341	-
Contas a receber de clientes	26.198.061	(593.621)	17.505.227	(445.776)
Títulos a receber	731.314	(235.618)	551.438	(340.075)
Créditos com empresas ligadas	3.661.412	-	3.483.498	-
	70.899.432	(829.239)	46.677.504	(785.851)

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e de suas controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá ter em cumprir as suas obrigações financeiras vencidas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez seca, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Caixa e equivalentes de caixa	40.308.645	25.137.341
Empréstimos e financiamentos no CP	(21.227.188)	(10.581.749)
Indicador de liquidez seca	1,90	2,38
Indicador de alavancagem ⁽¹⁾	2,04 x	4,94 x

⁽¹⁾ Para o cálculo da alavancagem é utilizada a taxa de conversão da cotação do último dia do período. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Consolidado				
	31.12.24				
	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	39.733.516	-	-	-	39.733.516
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	21.227.188	14.757.892	20.539.384	81.604.605	138.129.069
Débitos com empresas ligadas	37	14.311	-	-	14.348
Passivos financeiros derivativos	1.111.017	49.396	-	-	1.160.413
Arrendamento mercantil a pagar	2.349.766	2.244.944	3.283.760	4.838.869	12.717.339
Compromissos com terceiros para investimentos	243.753	50.176	-	-	293.929

	Consolidado				
	31.12.23				
	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	31.057.825	-	-	-	31.057.825
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	10.581.749	6.672.694	12.080.554	80.492.143	109.827.140
Débitos com empresas ligadas	-	5.194	-	-	5.194
Passivos financeiros derivativos	757.169	83.201	-	-	840.370
Arrendamento mercantil a pagar	1.911.706	2.858.917	1.719.471	2.942.648	9.432.742
Compromissos com terceiros para investimentos	68.784	253.143	-	-	321.927

⁽¹⁾ Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A controlada JBS e suas subsidiárias possuem contratos de compra futura referente a commodities cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 207,6 bilhões (R\$ 172,4 bilhões em 31 de dezembro de 2023).

A controlada JBS possui recursos dados em garantia para as operações de derivativos junto as bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 177.636 (R\$ 64.754 em 31 de dezembro de 2023). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem recursos dados em garantia para as operações de derivativos junto as bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 643.999 (R\$ 325.989 em 31 de dezembro de 2023). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Ainda, a subsidiária indireta Seara Alimentos possui recursos dados em garantia para as operações de derivativos junto as bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 23.946 (R\$ 250.540 em 31 de dezembro de 2023). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Os pagamentos de juros de empréstimos com taxa variável e notas sêniores demonstrados na tabela acima, refletem taxas a termo em 31 de dezembro de 2024 que podem ser alteradas conforme a flutuação das taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa futuros de instrumentos derivativos podem ser diferentes dos valores demonstrados na tabela acima, uma vez que taxas de juros e taxas de câmbio podem impactar os mesmos. Com exceção destes passivos financeiros, a Companhia não espera que os fluxos de caixa inclusos no aging de liquidez possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em quantidades significativamente diferentes.

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

f. Riscos ligados às alterações climáticas e à estratégia de sustentabilidade da controlada JBS:

Nas operações da controlada JBS, existem exposições inerentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. Determinados ativos da JBS, principalmente ativos biológicos que são mensurados por seus valores justos, podem ser afetados por alterações climáticas e esses impactos são considerados no processo de preparação destas demonstrações contábeis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da controlada JBS considerou os dados e premissas destacados abaixo como principais riscos:

i. possíveis impactos na determinação do valor justo dos ativos biológicos devido aos efeitos das mudanças climáticas, como aumento de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar algumas premissas utilizadas nas estimativas contábeis realizadas para mensuração dos ativos biológicos da controlada JBS, como:

- morte de ativos biológicos devido a ondas de calor e secas que ocorrem com maior frequência e intensidade;
- redução na curva de crescimento esperada dos ativos biológicos devido a desastres naturais, incêndios, pandemias ou mudanças nos padrões de chuva; e
- interrupção na cadeia de produção devido a eventos climáticos adversos, causando falta de energia, escassez de combustível, interrupção dos canais de transporte, entre outras coisas.

ii. mudanças estruturais e seus impactos nos negócios, tais como:

- aspectos regulatórios e legais: regulamentação e legislação decorrente de autoridades brasileiras e/ou internacionais que incentivam a transição para uma economia de baixa emissão de carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentam o risco de processos legais e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, ainda que indireta, para a intensificação das mudanças climáticas; e
- aspectos reputacionais: relacionado às percepções dos clientes e da sociedade em geral sobre a contribuição positiva ou negativa da Companhia para uma economia de baixa emissão de carbono.

33 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vice-Presidente:	Francisco de Assis e Silva
Membro do Conselho:	Sergio Roberto Caldas Juniori
Membro do Conselho:	Erico de Arruda Holanda

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2024; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor de Administração e Controle:	André Alcântara Ocampos
Presidente:	Aguinaldo Ramos Filho

Contador:	Danilo dos Reis (CRC SP: 299039/O-8)
------------------	--------------------------------------

* * * * *